

Fundação Getúlio Vargas

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc)

Projeto: Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações (Projeto em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa)

Entrevistado: Marcelo Velloso

Local: Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Entrevistadoras: Carla Siqueira e Vivian Fonseca

Pesquisadora assistente: Lilian Lustosa

Transcrição: Maria Izabel Cruz Bitar

Data da transcrição: 10 de outubro de 2016

Conferência de Fidelidade: Lucas Pacheco Campos

Data da Conferência: 10 de fevereiro de 2017

1ª Entrevista: 8 de setembro de 2016

Carla Siqueira – Então, a gente queria começar agradecendo a sua presença e a sua disponibilidade aqui para nos conceder essa entrevista, e queria começar, Marcelo, pedindo para você fazer um resumo da sua formação acadêmica e da sua trajetória profissional até a entrada na APO.

Marcelo Velloso – Bom, minha formação... Sou formado em... Sou graduado em Produção Cultural pela UFF¹, na primeira turma – uma experiência de cobaia quase –, depois... Enfim, do ponto de vista de formação acadêmica, fiz uma especialização, um estágio no Observatório de Políticas Culturais de Grenoble² em Gestão de Políticas Culturais; dei aula na UFF, no curso de Produção Cultural, na área de Planejamento Cultural, como professor substituto, por dois anos, em 2007 e 2008. E minha atuação profissional se divide em duas frentes: na área pública, na área de gestão de culturas, políticas culturais, como subsecretário de Cultura e como secretário de Cultura em Niterói; no Ministério da Cultura, à frente da Representação do MinC³ no Rio e Espírito Santo; antes, coordenando o Sistema Nacional de Cultura, na Secretaria de Articulação Institucional; experiência na área legislativa; na área de cultura, como técnico; experiência, mais

¹ Trata-se da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Trata-se do *Observatoire des Politiques Culturelles*, localizado na cidade de Grenoble, França.

³ Trata-se da abreviação de Ministério da Cultura (MinC).

para trás ainda, na Unesco⁴, também na assessoria do escritório na área de cultura, de gestão de programas etc.; e o outro... Enfim, antes de chegar no recentemente, mas... E o outro viés é uma relação com produção em artes visuais. Aí é um viés mais de produção. Durante um tempo, eu tive, com alguns outros amigos, um espaço de arte contemporânea alternativa no Centro da cidade, que é uma produtora, que tem alguns projetos que a gente ainda desenvolve. A produtora... Entrou um momento meio baixo aí, com... Enfim, mas está... Existe até hoje. E mais recentemente, a atuação na APO⁵, como superintendente de Cultura, Turismo e Eventos... na verdade, superintendente de Cultura, Eventos e Turismo, perdão, fazendo o acompanhamento e monitoramento de todos os compromissos ligados à cultura, turismo, eventos, força de trabalho, voluntariado, relação com o Ministério do Trabalho, tocha... Enfim, tem uma gama de outras áreas que a gente...

C.S. – Marcelo, ia te pedir para detalhar um pouquinho como é que foi sua experiência no Ministério da Cultura.

M.V. – Bom, foram dois momentos. No primeiro momento, foi em Brasília. E aí tem uma coisa que eu gosto, ou que é muito interessante: você vive a cidade do Rio... Você vive no Rio, você vive em Niterói, você está restrito aqui a esse território. Quando você vai para Brasília... Brasília é meio uma... Literalmente, é a capital, dentro do contexto que você dialoga com gente do país inteiro, porque você tem uma... a oportunidade de conhecer. E no âmbito da cultura, acho extremamente interessante, você trabalha com realidades muito diferentes, das cinco regiões do país, com regiões metropolitanas, com interior. Você vai lá no Cariri, vai lá no interior, numa cidadezinha no interior da... na região amazônica, no Pantanal e tal. Então você tem o que, para mim pelo menos... O mais interessante dessa passagem por Brasília, na coordenação do Sistema Nacional de Cultura, que era uma área de articulação, é na Secretaria de Articulação Institucional, era ter essa relação, esse conhecimento pelo mundo. Então, o papel lá era um papel de estruturação do sistema. O sistema... Mal comparando, é como se fosse um SUS⁶ da cultura. Ou seja, na verdade, é uma proposta de estruturação de um sistema efetivamente integrado, organizado, de articulação entre os municípios, os estados e a União para desenvolvimento e aplicação das políticas de cultura, com princípios de gestão de informação, financiamento, participação social,

⁴ Trata-se da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

⁵ Trata-se da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público interfederativo criado para realizar a governança sobre a preparação e a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

⁶ Trata-se do Sistema Único de Saúde (SUS).

com conselhos... Enfim, com essas instituições todas envolvidas. Então foi um trabalho de convencimento, naquele primeiro momento, de muita conversa, ou seja, de presença nas cidades, nos estados, para que as pessoas efetivamente integrassem e aderissem ao que é uma proposta de adesão voluntária, ou seja, cabia ao prefeito lá estar sensibilizado para isso. Mas tinha um trabalho de sensibilização muito grande para a consolidação e efetivação desse sistema. É bacana que, até o momento que eu saí do Ministério da Cultura, a gente já tinha, se eu não me engano, aproximadamente, mais de 20% das cidades e todos os estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura, que eu acho que é uma... e todas as capitais. O segundo momento, eu vim para a Representação [Regional] do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Vivian Fonseca – Antes de você avançar, como é que foi o convite para entrar no MinC?

M.V. – Foi via a pessoa que foi o chefe da Representação do Rio de Janeiro antes de mim, o André Diniz, que é um amigo de muito, muito tempo. A gente trabalhou junto lá em Niterói – ele foi secretário, e eu, subsecretário, e quando ele saiu, eu assumi lá –, e ele foi chamado para a representação e me chamou para trabalhar com ele. Eu não cheguei a trabalhar na representação. Ainda ajudei ele a estruturar, a pensar o que é interessante, comecei a me inteirar um pouco nisso, numa relação de proximidade, porque ele não tinha como... não tinha espaço ali para mim, não tinha como me contratar. Então, no início, ele acabou repassando o currículo para outras pessoas e acabou que caiu na mão do secretário de Articulação Institucional, que era o Roberto Peixe, que é o grande... é um dos grandes... Não é necessariamente o idealizador, mas ele foi o grande motor propulsor para que o Sistema Nacional de Cultura se tornasse realidade. Ele tinha sido coordenador do sistema na gestão Juca⁷; na gestão Anna de Hollanda⁸, ele assume a Secretaria de Articulação Institucional e a secretaria ganha esse escopo de cuidar da implementação da estruturação do sistema. E aí ele gostou do currículo – eu tinha... Ele falou: “Minha escolha ali”, segundo ele, “seguia dois critérios, que era a pessoa ter experiência, expertise e relação técnica profissional com a área” – eu tinha, de formação, a experiência profissional e tal – “e que tivesse, obviamente, afinidade com a proposta política de implementação de um sistema, que prevê instrumentos de gestão, de participação, de controle social etc.”. Então, foi aí o convite. Aí eu entro para o ministério e aí tem essa passagem em Brasília. A minha vinda para o Rio também é uma conjunção de fatores. Na verdade, o André Diniz sai da representação. Nisso, eu tive um problema pessoal que eu precisei voltar para o Rio, então, eu sairia do Ministério da Cultura para

⁷ O entrevistado se refere a Juca Ferreira, ex-ministro de Cultura.

⁸ O entrevistado se refere a Anna Maria Buarque de Hollanda, ex-ministra da Cultura.

vir para o Rio, e isso tudo aconteceu e acabou... E a Anna de Hollanda, sabendo disso, sabendo que eu era do Rio, acabou me chamando para vir assumir a representação regional. Eu já conhecia, conhecia as pessoas, conhecia o André, tinha essa relação. Então eu vim e fiquei dois anos – foi de janeiro de... Em Brasília, efetivamente, eu cheguei... foi em agosto de 2011 e eu fiquei até início de janeiro de 2012. Foi pouco tempo. A primeira semana, na verdade. E aí, na representação do Rio, foi de janeiro de 2012 até julho de 2014. Foram dois anos e meio. E foi outra experiência extremamente interessante. A representação regional não é... O ministério tem algumas representações regionais. Na verdade, essa estrutura não segue uma lógica administrativa ou geográfica. A abertura das representações segue algumas pressões políticas ou algumas situações históricas. A do Rio foi a primeira, porque o Rio ainda tem aquela herança da ex-capital e todos os ministérios, tradicionalmente, tinham uma delegacia de representação aqui, para receber ministro e tal etc., com uma função mais protocolar e tudo mais. Abriu-se, depois, uma em São Paulo, porque em São Paulo não poderia não ter uma, porque o Rio... Aí, depois, tem uma no Nordeste e uma no Norte, e elas foram inclusive se desdobrando em alguns escritórios vinculados às representações regionais. Ou seja, você tem a Representação Regional da Região Norte, que fica em Belém, que é um território gigantesco, e tem um escritório menor no Acre. E elas, com o tempo, da gestão Gil⁹ para cá, elas assumem um outro papel, elas deixam de ser simplesmente um escritório de... com uma função mais protocolar, para receber ministro, ajudar a organizar a agenda de ministro e tal. Isso, cada vez mais, até com internet e com as novas tecnologias e com o novo perfil que a gestão vai assumindo, isso fica mais concentrado com a equipe mesmo de Brasília, e as representações começam a desempenhar um papel de acompanhamento local das políticas do ministério, mesmo. Então é um trabalho de muita estrada. Eram dois estados pequenos, você tem uma facilidade de locomoção rápida, tranquila, com carro. Costumo dizer que Rio e Espírito Santo são duas faixinhas litorâneas estendidas, a gente espirra aqui e o pessoal escuta lá em Varre-Sai¹⁰. Então é um trabalho também de... não só na relação com o Sistema Nacional de Cultura, mas de acompanhamento do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, que eram uma outra questão fundamental, tanto do ponto de vista administrativo quanto do ponto de vista político. Administrativo porque o ministério não tem capacidade de monitorar, através de relatórios etc. e tudo mais – eu falo o ministério somente em Brasília –, o conjunto de convênios existentes. E os órgãos de controle exigem isso. A gente tem que ter, efetivamente, algum tipo de retorno, de *feedback*. Então, você estar presente... A partir do momento que você circula etc., você consegue estabelecer, mesmo que de maneira mais informal, um sistema de acompanhamento e

⁹ O entrevistado se refere a Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura.

¹⁰ Trata-se de uma cidade localizada no estado de Rio de Janeiro.

de relatório etc. E do ponto de vista político, é o reconhecimento de uma política que é bem-feita, que é bem-realizada, que é certa. Você tem um reconhecimento institucional, onde você tem uma presença de representantes do Ministério da Cultura, [inaudível] ou chefe da representação, mas você tem a estrutura MinC. Principalmente fora das grandes cidades, quando você vai para o interior, para as pequenas cidades e tal, isso tem um impacto de valorização daquele grupo na relação com sua comunidade e com o entorno que é muito bacana.

V.F. – Isso não só do ponto de vista dos órgãos públicos, mas dos próprios proponentes.

M.V. – Dos próprios proponentes. Ou seja, você pega um grupo de jongo¹¹ de Pinheiral, lá da Fatinha¹², uma pessoa que tem uma dificuldade tremenda para conseguir alugar a casa que é a sede, que enfrenta dificuldades porque ela efetivamente começa a se consolidar como liderança política local, então, as pessoas começam a encarar esse grupo como uma certa ameaça. Quando o Ministério da Cultura de alguma maneira vai lá e prestigia, está presente, dialoga, senta, conversa e tal, ela ganha um respaldo. Isso é importante. Porque eu acho que... Principalmente no interior. E é o seguinte, você tem... Se em Brasília e nas grandes capitais a cultura já não tem dinheiro, imagina nas pequenas... nos rincões aí do estado. Então, uma instituição dessas que receba um recurso federal, por menor que seja, ela enfrenta algumas vaidades, alguns desafios grandes. Então, esse papel era muito legal. Enfim, além de outras coisas. A gente tinha relação com a Secretaria de Economia Criativa, que na época estava com a Cláudia Leitão, que estava começando uma discussão... Não era uma discussão nova no ministério, mas a organização da lógica dos Observatórios de Economia Criativa, do Criativa Birô era algo recente; a relação com a própria universidade aqui, com a UFF, na discussão do Observatório de Políticas Culturais. Ou seja, eram relações que a gente ia construindo. Outra questão que eu acho que foi muito legal, que foi uma discussão que a gente estabeleceu aqui... As representações não tinham esse papel tão... Elas não eram necessariamente proponentes ou propositoras de nada, mas a gente acabou, pela realidade local e pelas questões que a gente tem... O Rio de Janeiro tem uma cena de produção de entretenimento ou produção criativa, produção cultural – vai do carnaval à ópera do Municipal¹³ – muito grande e que tem uma demanda de profissional técnico cada vez maior. É o lugar onde você tem a maior quantidade de cursos de formação de produção cultural, por exemplo

¹¹ Trata-se de uma dança brasileira, de origem africana.

¹² Trata-se de um grupo de jongo formado por moradores da cidade de Pinheiral, localizada no estado do Rio de Janeiro. Maria de Fátima, mais conhecida como Fatinha, é uma das lideranças do Grupo de Jongo de Pinheiral.

¹³ Trata-se do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

– a gente tem o IFRJ¹⁴, em Nilópolis; a UFF, em Niterói; a UFF Rio das Ostras; a Cândido Mendes¹⁵, aqui no Rio; a Adolpho Bloch¹⁶, no Maracanã; e tem mais uma que eu não estou lembrando agora. Mas você não tinha necessariamente uma preocupação com a formação de mão de obra técnica para dar conta dessa demanda toda. Então a gente começou a discutir isso. A gente fez um seminário grande e tal. Concomitantemente com esse trabalho todo, o Ministério da Cultura, lá em Brasília, estava discutindo com o Ministério da Educação a criação de um Pronatec¹⁷ Cultura, ou seja, você criar... Porque é diferente. O Pronatec tinha um viés muito social, de viabilização de qualificação do profissional para que ele pudesse voltar ao mercado de trabalho, ou seja, aquele cara que foi... desempregado etc. e tudo mais. O Pronatec Cultura atende isso, mas ele tinha um outro viés, ou seja, esse profissional que efetivamente vai se dedicar a essa atividade de técnico de cultura não é o... Geralmente, é isso que a gente observa, não é um cara que surge do nada; ele é um cara que já tem algum tipo de relação com a prática cultural: ele é um artista, ele é um... Enfim, é o cara que mexe com música, que gosta de música, que põe o som na festinha, faz um DJ, que dança alguma coisa, faz um rap... É esse cara que vai ter interesse. Então ele não vem da fila do desemprego, necessariamente, por mais que ele também seja um cara desempregado. E aí a gente conseguiu estruturar alguns cursos, no Rio e no Espírito Santo, de Pronatec Cultura. Ou seja, a gente conseguiu estruturar o Pronatec, inclusive, aqui. Foi um trabalho muito legal e satisfatório. Estou falando muito sobre isso, não é?

C.S. – Não, está excelente!

V.F. – Esse Pronatec Cultura aconteceu em outras cidades e estados?

M.V. – Sim, sim, no Brasil inteiro. Era um braço do Pronatec, na verdade, no âmbito do Ministério da... Na verdade, a gente começou... A marca Pronatec Cultura... O Ministério da Cultura chegou a trabalhar essa marca Pronatec Cultura, mas eu acho que, se eu não me engano, não existe, no Ministério da Educação, um Pronatec Cultura. Porque o Ministério da Cultura é o demandante natural pelos cursos na área da cultura, e obviamente que a gente começou... A partir do momento que a gente dialoga com as cidades, a gente começou a ter o trabalho de que essas cidades pudessem identificar... “Olha, qual é o potencial real?” “Ah! Vamos fazer curso de fotografia.”

¹⁴ Trata-se do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

¹⁵ Trata-se da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

¹⁶ Trata-se da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch, uma das unidades pertencentes à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

¹⁷ Trata-se do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Que bacana! Vou criar cinquenta fotógrafos na cidadezinha... Mas tem mercado de trabalho para esse cara? Ele vai trabalhar? Não é uma formação artística; a questão é a formação técnica, ou seja, o cara vai... Teve um boom de nascimentos 15 anos atrás; você vai ter agora quinhentas mil festas de aniversário de 15 anos e todo mundo quer... Então você tem um mercado. Mas é identificar o que você tem, efetivamente. E isso foi muito bacana, também. Os caras começaram a ter que se preocupar... “Opa! Qual é o potencial que a gente tem de geração de trabalho, de renda, nessa área criativa?” Então foi isso. Foi muito bacana. Eu não consegui... Até porque foi o momento que eu saí do MinC – e a pessoa que tocava isso na representação foi a pessoa que eu trouxe para trabalhar comigo, depois, na APO, também, que foi a Carol. A gente não teve – não sei se teve lá depois, eu não vi – o retorno desses caras. Essa era a grande dificuldade. Porque enquanto os caras estavam em sala de aula, os alunos, a gente conseguia ter um monitoramento: a taxa de evasão e tal. Aliás, essa foi uma questão. A taxa de evasão, quando você conseguia, na difícil disputa lá com o Ministério da Educação, garantir que essas vagas fossem ocupadas por aquelas pessoas que tinham alguma relação com a cultura, ou seja, os interessados na atividade cultural efetivamente, a taxa de evasão era mínima, baixíssima, e era menor do que do cara do desemprego. Porque, na verdade, o cara que está desempregado entra ali para poder ganhar o auxílio desemprego dele – é fundamental isso – e se recolocar. Mas se no meio do caminho surge uma oportunidade, ele vai sair do curso, porque o objetivo dele é estar empregado. Se não estiver, ele vai ficar os três meses ali fazendo o curso. Para ele, vai ser bom, vai ser mais uma qualificação. Mas ele não está preocupado necessariamente com a qualificação; ele está preocupado com comida na mesa. Diferente do cara da cultura, que... Até porque o trabalho que ele busca não é necessariamente um trabalho com horário fixo. Ou seja, é um mercado um pouco mais... Mas a gente não tem esse *feedback*, ou seja: “E esses caras? Eles conseguiram de alguma maneira tirar proveito dessa formação? Eles estão trabalhando? Eles estão gerando renda?”. Essa resposta, isso eu... É uma pesquisa que a gente... Olha, é o próximo... [riso]

C.S. – Marcelo, tentando fazer aí já uma relação da sua experiência no MinC com a organização dos grandes eventos, na sua experiência no MinC, você participou, segundo informações que a gente tem, dos fóruns de acompanhamento e monitoramento das ações culturais em grandes eventos, como a Copa das Confederações¹⁸ e a Copa do Mundo¹⁹.

¹⁸ Trata-se da Copa das Confederações de 2013, torneio que reúne seleções nacionais de futebol de todos os continentes.

¹⁹ Trata-se da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

M.V. – Foi.

C.S. – Então, fazendo já essa ponte entre a cultura e os grandes eventos, qual foi o espaço da cultura nesses eventos, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo? Qual a sua avaliação dessa experiência da cultura nos grandes eventos?

M.V. – Olha, na Copa das Confederações... São duas coisas: uma coisa é o espaço da cultura; outra coisa é o espaço do Ministério da Cultura.

V.F. – E como é que você avalia essa diferença, o espaço da cultura e o espaço do Ministério da Cultura?

M.V. – Porque a nossa... A lógica política vigente, em grande parte das vezes, no país – e aí, de direita, de esquerda, de centro, de cima a baixo, verde, azul, amarelo, roxo, vermelho –, você tem uma lógica de disputa de espaço, de afirmação de marca, então, você não consegue... Vou voltar à sua resposta, mas só andar umas casinhas à frente. Qual era a proposta que a gente começou a discutir e colocar, e algumas pessoas tinham essa percepção, na construção de uma programação de cultura, por exemplo, nos Jogos Olímpicos? Porque aí eu estava na APO já, é uma questão mais... Que a gente conseguisse montar um calendário unificado, que foi mais ou menos o que Londres fez, ou seja: “Vamos pegar tudo que você já faz, você que é município, você que é estado, você que é ministério, você que é instituição privada, o que é que tem, tanto de dia a dia quanto de novidade, e vamos transformar isso numa única proposta, organizada, estruturada, com roteiros específicos, ou seja, que possa ser aproveitada e curtida de diferentes formas”. Só que aí você perde a identificação do realizador. Você está compartilhando. E aí, obviamente, você tem... A questão não é nem só eleitoral, necessariamente, os atores desse processo não são candidatos, mas você tem uma questão de afirmação política mesmo e de protagonismo e tal que interfere. Por isso, quando eu estou me referindo... Por exemplo, na Copa das Confederações, eu não lembro... O Ministério da Cultura não teve nenhuma ação específica voltada para a Copa das Confederações, isso eu tenho certeza. Não lembro se teve alguma... Porque ela... Na Copa das Confederações, realmente eu não lembro, eu não lembro se teve alguma ação. Porque as pessoas já estavam... Já existia uma discussão a respeito de Copa do Mundo. E aí, em relação à Copa do Mundo, o Ministério da Cultura começou a discutir isso com uma certa antecedência – na verdade, foi em 2011 –, como o governo federal como um todo, mas eu acho que começou a discutir isso numa linha de concessão de equipamento, efetivamente, e essa não era a grande demanda das

idades. Então você tinha uma proposta de uma programação que circularia no entorno desse novo equipamento que seria construído para as cidades. E as cidades já têm uma dificuldade grande de manter e custear os equipamentos existentes, inclusive com equipamentos necessitados de reforma, etc. “Poxa! Eu não quero mais um equipamento, porque isso vai cair no meu colo.” E acabou que essa programação que foi pensada para espaços específicos em cada uma das doze cidades-sede e dali irradiaria, ou seja, você teria uma feira de artesanato, teria atividades culturais, seria um encontro meio bambambã, ela se perde. Por outro lado... Porque é assim: você tem momentos... Você teve a gestão da Anna de Hollanda, onde foi essa a proposta desenhada, a dos grandes equipamentos, e ainda no âmbito do projeto. A Anna de Hollanda sai em setembro de 2012 e a Marta²⁰ entra em setembro de 2012. A Copa seria só em 2014, daí isso tudo podia ser estruturado em 2013, para que tudo estivesse contratado no final de 2013 e início de 2014 e, em 2014, tudo acontecesse. Com a vinda da Marta, desmonta-se essa ideia dos equipamentos de cultura, porque as prefeituras já tinham manifestado o não interesse, e o pessoal começa a construir a proposta de programação. Teve um movimento, na gestão da Marta, e aí acho que tem muito a ver com a Jeanine Pires, que era a secretária executiva do Ministério da Cultura e... Estou falando aqui uma análise minha, mesmo, até pelo histórico dela. A Jeanine é muito parceira do Marcelo Pedroso, eles trabalharam juntos no turismo. Ela é uma mulher da área de turismo de eventos. E aí, dentro de um conceito de potencialização turística, mesmo, e tal, teve o movimento de levar toda essa atividade para dentro das *Fifa Fan Fest*²¹, que eram os espaços de celebração da FIFA, porque já teria tudo ali, já estava ali, para quem estava querendo festa e tal. Então era uma atividade cultural que seria complementar à atividade da *Fifa Fan Fest*. De repente, até... Isso não foi estruturado, mas poderia até... A ideia é que se pudesse ter alguns grupos que entrassem no palco, inclusive, fazendo um contraponto aos grandes nomes. O ministério teria um estande em cada uma das *Fifa Fan Fest*. Isso para além da questão financeira. Porque aí o ministério começa a perder orçamento, ou seja, vai cortando dinheiro etc. Você teve uma oposição grande a isso. Aí, quando o Movimento de Pontos de Cultura sabe disso, os movimentos culturais de modo geral, isso começa de certa maneira a circular, eles começam a questionar, o que vai ser feito, o que não vai ser feito, “a gente não quer *Fifa Fan Fest*”, o ministério teve uma certa dificuldade, inclusive internamente... Não só internamente. Eu lembro, nas reuniões que a gente tinha lá com os representantes regionais do MinC, a gente colocava isso, falava: “Olha, isso não vai ser legal, a gente vai ter dificuldade, a gente vai levar porrada”. E as pessoas discordavam. A

²⁰ O entrevistado se refere a Marta Suplicy, ex-ministra da Cultura.

²¹ Tratam-se das áreas gerenciadas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) nas cidades-sedes de cada edição da Copa do Mundo de Futebol, nas quais as partidas são transmitidas ao vivo.

gente achava que a gente tinha que estar ocupando a rua, ou seja, alguma atividade... Ou que a gente pudesse complementar ou ajudar a programação já existente das cidades ou que a gente pudesse promover essa atividade mais de rua. A minha... E aí ficou uma situação... Acho que demorou muito tempo para bater o martelo. O Ministério da Cultura tem um problema – aliás, o governo de modo geral, e o governo federal principalmente, aí independentemente da gestão –, ele não tem uma agilidade de execução, por *n* questões. O Ministério da Cultura não tem um perfil de produção, na verdade; o Ministério da Cultura é um órgão de gestão de políticas, com exceção da Sefic²², que é a Secretaria de Fomento, que tem ali um papel mais administrativo em cima dos processos, mas é uma coisa pontual, e que funciona no pontual – é gigantesco, mas funciona. Mas o ministério, a proposta dele não é essa. A Funarte²³ até tem um pouco esse perfil. E aí acaba que o ministério assume o papel, nessa correria, “como é que vai ser?”, “como é que vai ser?”, de produção e de contratação direta das atividades culturais pela cidade, na Copa do Mundo. O dinheiro que se teve não era todo aquele dinheiro que se esperava, não para um país de dimensões continentais como o nosso, com doze cidades grandes e tal. Ficou uma programação muito pequena, e você não conseguiu construir... Aí tem a ver com aquela... Você não conseguiu construir o discurso, ou seja, o ministério não teve... A programação que o ministério propôs não tinha dimensão, não tinha volume, não tinha... para efetivamente conseguir aparecer na foto; ficou um conjunto de atividadezinhas pingadas. A Marta insistia muito com a questão da feira de artesanato. Ela estava querendo estabelecer essa relação, esse diálogo com o artesanato, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, a Secretaria da Economia Criativa. Bacana e tal, mas, do ponto de vista logístico, ficou muito complicado. Montaram alguns estandezinhos. Aqui no Rio, a gente ficou no Parque das Ruínas, [inaudível] prefeitura, que tem uma quantidade de turistas legal, mas ficou uma coisa... Ficou solto. A ideia inclusive não era ruim, mas a condução do processo ficou... Ficou solto, foi ruim, você não conseguiu contemplar todo mundo e você acabou levando crítica. O ministério, por outro lado, não conseguiu construir o discurso que queria ter construído. Talvez, se a gente tivesse efetivamente juntado todo mundo e simplesmente distribuído o recurso, para juntar esforços para que as cidades pudessem realizar suas atividades, porque a cidade já tem a sua rede estabelecida, ela tem suas formas de produção – ou ela produz, ou ela contrata, ou ela repassa –, ela tem seus equipamentos, talvez a gente tivesse tido... Talvez não. Certamente a gente teria tido mais sucesso. Então, essa é a crítica à atuação do Ministério da Cultura na programação cultural na Copa do Mundo. Já as cidades... Aí você teve cada cidade com uma ação, uma atuação diferente, e aí de propostas e dimensões distintas. Eu

²² Trata-se da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC).

²³ Trata-se da Fundação Nacional das Artes (Funarte).

não visitei as cidades. Na Copa do Mundo, eu fiquei só aqui no Rio e não... Eu já estava num processo de saída. Na verdade, eu saí do ministério e vou para a APO bem nesse período da Copa do Mundo. Mas, por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, você tinha a programação normal da cidade. Não lembro se teve alguma coisa específica para a Copa do Mundo.

V.F. – Eu particularmente não me lembro.

M.V. – Não, não lembro.

V.F. – Inclusive, nem consigo me lembrar dessa programação específica do MinC no Parque das Ruínas.

M.V. – Teve execução de vídeo, porque o ministério contratou uma produção de... De vídeo não, de cinema. O ministério contratou a produção de uns curtas sobre futebol etc. Então, teve lá essa programação, teve uns estandezinhos lá de venda de artesanato e uma ou outra atividade, tanto lá quanto espalhado pela cidade.

V.F. – Esses curtas, eu me lembro, mas eu não tinha registrado na cabeça que era...

M.V. – Que era Ministério da Cultura.

V.F. – ...ação do Ministério da Cultura.

M.V. – Pois é. E é exatamente isso, você não juntou esforços para construir uma coisa melhor, maior, mais bem organizada porque queria marcar sua posição e divulgar sua marca e, no final das contas, o tiro saiu pela culatra: você tem uma programação repartida, uma programação que não deu liga, e também não conseguiu marcar posição e ainda sobrecarregou a galera do MinC, porque o pessoal teve que fazer um trabalho de fiscalização e de acompanhamento que o ministério não tem necessariamente perna para isso.

C.S. – E, Marcelo, você está fazendo aqui a sua avaliação.

M.V. – É.

C.S. – Essa experiência, institucionalmente, gerou um aprendizado, quer dizer, gerou algum acúmulo aí para, futuramente, a organização da cultura nos Jogos Olímpicos?

M.V. – Gerou. Pelo menos para as pessoas que efetivamente estavam tocando aquilo lá. Gerou que o Ministério da Cultura não tem capacidade de produção. Não é que não tenha. Não é o perfil, não é o papel do Ministério da Cultura, isso. Acho que isso ficou um bom consenso. A programação de cultura... A atuação do Ministério da Cultura na Copa do Mundo foi muito ruim. Existe essa análise e esse... Existiu essa análise lá, internamente. Agora, você tem... O problema é que você tem mudança. O Juca e a Marta saíram publicamente na porrada, no final da gestão da Marta e no início da gestão do Juca. Ou seja, qualquer coisa... Mesmo que tivesse alguma coisa de interessante daquele momento, isso talvez não seria efetivamente aproveitado. Mas não teve. Foi ruim. O conceito original até era bacana, mas a execução foi bem complicada.

V.F. – O conceito original já desse segundo momento, não é? Não os equipamentos, mas de...

M.V. – É. Você tinha cinco eixos principais para trabalhar: Brasil Diverso; Brasil Audiovisual; Brasil Memória, que era patrimônio... Enfim, tinham quatro ou cinco eixos, e a ideia é que você pudesse montar uma programação que perpassasse os cinco eixos. Sem grana. Aí o principal problema... Você não consegue ter tamanho; você não tinha perna para tocar isso... Não tinha.

C.S. – Marcelo, você saiu do Ministério da Cultura, como você estava falando, em julho de 2014.

M.V. – Isso.

C.S. – Quer dizer, bem no momento da Copa. Isso quer dizer que você não chegou a acompanhar, de dentro do Ministério da Cultura, qualquer formulação já em relação a Jogos Olímpicos? Ou já tinha começado...?

M.V. – Acompanhei. Porque tinha um grupo já estabelecido antes. Na verdade, o ministério tinha uma Coordenação de Grandes Eventos, que era responsável pela... que é uma equipe minúscula: era uma pessoa e um assistente, efetivamente, historicamente. Essa pessoa mudou algumas vezes, foi...

V.F. – Isso já existia desde o Pan?

M.V. – Desde o Pan, eu não sei. Eu sei que em 2011 foi criado. Não existia nem... Não era nem... O nome não era esse, mas era uma pessoa que acabou assumindo esse papel, que era uma assessoria especial do ministro, que foi, com a Anna de Hollanda, foi a Morgana Eneile; com a Marta Suplicy, foi primeiro a... Esqueci o nome dela agora. Enfim, depois, se vocês tiverem interesse, eu passo o nome. Depois, a Renata, que eu esqueci o sobrenome agora, também. Pelo amor de Deus! Esse pessoal vai ver isso depois e vai ficar chateado comigo. [riso]

V.F. – Depois, se você quiser, a gente pode fazer uma retificação.

M.V. – A Renata; e aí, na gestão Juca, já foi o Adriano²⁴. Que ficaram responsáveis pela participação do ministério nos grandes eventos. Então, foi a Copa do Mundo; foi a Feira Mundial de Milão²⁵... Não foi Milão que teve agora, o ano passado? Acho que foi. Foi, foi Milão. O Adriano foi, inclusive. E Olimpíada. Então foi criado... Porque é o seguinte... Aí começa a vir a APO. Na verdade, eu não estava na APO, ainda; o superintendente de Cultura era o Cid Blanco, que veio do Ministério da Cultura, também. O Cid tinha sido diretor de Infraestrutura Cultural lá – ele começou a discussão do CEU das Artes²⁶, e antes antes também as Praças do PAC²⁷ –, e ele assumiu essa superintendência na APO e começou os trabalhos de articulação. Aí criaram um GT Cultura, que foi o primeiro GT Cultura – até conversei isso com ele algumas vezes, porque essas estruturas ganham o mesmo nome, mas têm três diferentes –, que tinha a participação do Ministério da Cultura, do Comitê Rio 2016²⁸, da APO – ele era coordenado inicialmente pela APO e depois passou para o Ministério da Cultura – e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura dos doze estados e doze cidades-sede, para discutir a programação... Desculpa. Falei besteira. A Secretaria Municipal e Estadual de Cultura do Rio e das cidades do futebol. A estação estava lá na Copa, ainda. Para discutir a programação. Esse grupo se instala em 2012 – o Cid, se eu não me engano, vem para a APO em 2012 – e eles começam um trabalho, inicialmente, de criação de um conceito de projeto, mesmo: “O que a gente quer? Como é que a gente quer trabalhar?” etc. E eles foram muito bacanas, o trabalho foi legal – está naqueles documentos que eu te passei, etc. –, chegaram num grande conceito, um macroconceito. Então, o ministério estava

²⁴ Adriano de Angelis.

²⁵ Trata-se da Exposição Universal de 2015, também conhecida como Expo 2015, realizada na cidade de Milão, Itália.

²⁶ Trata-se dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU), política pública cultural desenvolvida pelo MinC.

²⁷ Trata-se do Programa de Aceleração do Crescimento (PEC), política pública de infraestrutura desenvolvida pelo governo federal.

²⁸ Trata-se do comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, denominado Comitê Rio 2016.

ali participando. E a grande questão – e eu acho que foi o gargalo desse grupo – é quando você entra efetivamente na questão financeira de como vamos viabilizar esse projeto que vai gerar uma programação linda, maravilhosa, toda colorida. Começou a ter a demanda por parte... do Comitê Rio 2016 por parte da APO, de que a gente tivesse definições de investimento financeiro, efetivamente. O Ministério da Cultura assume a coordenação desse grupo nesse momento. Existia inclusive uma disputa, e eu sei por acompanhar isso, de quem teria o protagonismo na coordenação desse processo, quem seria o responsável pelo programa de cultura. Era o Rio 2016 – e na época não era a Carla Camurati ainda; era a Renata Trovão – ou era o Ministério da Cultura? Ou era a Prefeitura do Rio de Janeiro? Enfim, você tinha... É aquela conversa de antes. Então o grupo chegou num impasse, nesse momento, ou seja, de onde vem o dinheiro. Então o pessoal chegou a discutir... A ideia é que a gente pode trabalhar um pouco com incentivo fiscal, ou seja, parte dessa programação poderia – como o comitê tentou fazer – ser captada, via Lei de Incentivo, com as empresas patrocinadoras dos Jogos, mas, efetivamente, seria interessante ter um aporte de recursos. A gente está falando isso em 2013 e início de 2014, e você teria eleições para presidente da República e governos estaduais no ano seguinte ou no mesmo ano e, obviamente, ninguém era insano de assumir qualquer tipo de compromisso. Então a conversa do Ministério da Cultura foi nesse sentido. Na verdade, o Ministério da Cultura acabou participando de maneira até mais ativa na construção de canais com Londres 2012, com a organização dos Jogos de Londres, para a questão do legado, de como é que foi esse processo de organização. Teve dois fóruns que foram importantes. Um menor, organizado pelo Ministério da Cultura, que foi lá no Capanema²⁹, inclusive–, sobre cultura e comunicação, ou seja, como é que foi essa estratégia, como é que Londres se organizou. E aí veio o pessoal tanto da área de comunicação quanto a Justine³⁰, que foi a diretora de Cultura de Londres 2012, e aí ela fala isso, fala: “Olha, a gente teve diversas dificuldades, também, de como é que operacionalizava isso tudo. E a saída, no final das contas – faltando um ano para os Jogos, não tinha nada muito organizado –, foi isso, foi identificar o que a gente faz”. Porque você tem algumas restrições de patrocínio. O CCBB³¹ é Banco do Brasil, mas o patrocinador dos Jogos é o Bradesco. Ou seja, como é que você inclui o CCBB nessa; como é que você inclui o Oi Futuro³², já que a Claro e a Embratel são patrocinadoras; ou uma companhia que tenha patrocínio de uma empresa que não é... Como é que você integra essa programação da cidade. E [nas Olimpíadas de Londres] eles acharam uma saída: criaram o Festival Londres 2012,

²⁹ Trata-se do Edifício Gustavo Capanema, prédio histórico localizado no Centro do Rio de Janeiro. É onde funciona a sede do MinC na cidade.

³⁰ O entrevistado se refere a Justine Simons.

³¹ Trata-se do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB).

³² Trata-se do centro cultural da empresa de telecomunicações OI S/A.

ou Festival Londres, não me lembro agora o nome que deram, com uma identidade visual única, e dependendo do nível de envolvimento daquele programa, daquela atividade com os Jogos, ele tinha um conjunto de outros caracteres que entravam nessa identidade. Se ele era uma atividade patrocinada por um dos patrocinadores dos Jogos, ele entrava com a logo do Londres 2012; se ele era patrocinado pelo estado ou por alguém que não tinha concorrente nos Jogos, não entrava a logo, mas podia fazer referência inclusive à programação de cultura dos Jogos Londres 2012; se ele tinha concorrente, ele entrava ali só com a barrinha de identidade visual, que era específica da programação de cultura. Então foi bacana. Londres conseguiu construir uma programação única e passar essa mensagem. Qualquer pessoa de fora ou mesmo o cara de Londres chegava lá e identificava isso. E eles falaram também da dificuldade que eles tiveram na relação, por exemplo, com os teatros. Eles fizeram uma campanha grande para que o cidadão londrino saísse de Londres, porque eles acharam que a cidade ia ficar insuportavelmente cheia. Acabou que a cidade não ficou tão cheia. Existia uma preocupação com a ocupação dos teatros e tal, que talvez não fosse... Aqueles teatros mais bambambãs de Londres acabaram tendo público; outros, a programação ficou muito vazia. O que vale a pena e o que não vale a pena. Então, essa experiência foi passada nesse encontro menor. Depois a gente teve um segundo encontro, maior, que foi o Fórum de Cultura, que teve no Capanema, teve no Museu Nacional de Belas Artes, e depois em outro lugar, não lembro...

V.F. – Foi esse que teve na Fundação Progresso, também?

M.V. – Não, não. Calma. Esse... Estou falando ainda da relação Londres-Rio. Aí já foi um encontro para discutir de maneira um pouco mais concreta, com participação dos movimentos culturais e tal. Quem teve uma atuação grande nesse processo foi o Faustini³³, que fez a abertura, lá pela Redes para a Juventude, de como é que você integra, qual foi a experiência de Londres. Uma das críticas de Londres é que Londres não conseguiu integrar ou dialogar, nessa programação zona deles de cultura, a produção de cultura de periferia, que é basicamente de jovem, que é um pouco o perfil aí da Agência de Redes para a Juventude, como é que você integra esses caras, traz esses caras para essa pauta. Então foram essas as experiências trocadas. Aí a coisa começou a avançar. A Marta, que era ministra da Cultura, ela foi inclusive na abertura desse encontro, assumiu o compromisso de discutir isso, mas você tinha o final de gestão, ou seja, efetivamente, tudo ficou ali ainda no âmbito do planejamento. Quando eu vou para a APO, eu

³³ O entrevistado se refere a Marcus Faustini.

chego a participar ainda de uma ou duas reuniões desse GT de Cultura. A pessoa que... O que acontece? Quando, em 2014, começa a se aproximar a Copa do Mundo e com esse caos que o MinC assumiu esse papel de produtor dessa programação, a equipe da Coordenação de Grandes Eventos do Ministério da Cultura fica toda voltada para a Copa do Mundo, e Olimpíadas fica... Não só isso como o governo federal basicamente todo, tirando o Ministério do Esporte, que tinha um grupo específico para tocar a Olimpíada, todo mundo centra seus esforços em Copa do Mundo, porque a perspectiva geral era de que ia dar ruim, que a Copa ia ser um fracasso. Então o pessoal investe suas energias e deixa os Jogos Olímpicos para escanteio. Então, novas reuniões, só depois da Copa do Mundo. Aí, depois da Copa do Mundo, você já cai direto no processo eleitoral, as pessoas... Enfim, a Dilma é reeleita. Mas existia já... Nisso a Marta sai, quem assume interinamente é a secretária executiva, a Cristina Wanzeler, é um nome alemão, e você tem uma grande indefinição. E aí o ministério... Ou seja, você não teve nenhum compromisso assumido efetivamente lá atrás e você ainda continua sem ter esse compromisso. Agora, aguarda-se a nova gestão. E aí chega o Juca. Aí a gente vai para o fórum. Chega o Juca e já começa... Porque aí você já tem o burburinho tomando conta, ou seja, o tempo está correndo, você não tem dinheiro para a cultura... Você não só não tem dinheiro como você não tem nada efetivamente colocado. Aí congela Ministério da Cultura. Só agora recuperar as outras conversas. Estado era a Adriana Rattes – o estado já começa a acenar, também, com uma cena financeira mais complicada, pela queda do preço do petróleo, a redução dos *royalties* e tal, aquela situação toda –, a Adriana Rattes avisa que vai sair da Secretaria de Estado de Cultura, então, qualquer interlocução, no que diz respeito a planejamento, fica em suspenso também com o estado. Apesar de que o estado foi o único órgão que teve um trabalho, lá atrás, antes de entrar na discussão financeira, um trabalho de mapeamento dos equipamentos culturais disponíveis no Rio de Janeiro e em outras cidades, também, que poderiam ser utilizados no período dos Jogos para essa megaprogramação, inclusive identificando quais eram, se fosse o caso, as necessidades de investimento: “O João Caetano³⁴ está com cupim e não sei o que lá. Para a gente funcionar bem, tem que consertar...”. Não sei. Estou dando exemplos. O estado do Rio foi o único que fez isso. A equipe do estado foi muito bacana. Aliás, o estado do Rio de Janeiro teve um processo de organização para os Jogos... Não teve dinheiro e não conseguiu [entregar]³⁵, mas do ponto de vista do planejamento, organização e diálogo, a galera da Casa Civil, inclusive, era um pessoal muito bacana, muito bem organizado, ou seja, eles tinham uma capacidade de entrega muito legal. E o pessoal da Cultura estava... E eles cobravam dos órgãos, e a Cultura atendeu. Então a Adriana Rattes anunciou que ia sair, a

³⁴ Trata-se do Teatro João Caetano, localizado na Praça Tiradentes, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

³⁵ O mais próximo que foi possível ouvir.

Marta Suplicy tinha saído, as conversas foram ficando em suspenso. A prefeitura do Rio, o Sérgio Sá Leitão, que era o secretário, não queria saber disso. Eu lembro de conversar... Eu falei com ele, tive algumas conversas com a Dani Nigromonte³⁶, e aí... “Gente, a gente tem que tocar isso. Tem que tocar. Tem que tocar”. E a orientação... “Enquanto o prefeito não disser faça, eu não faço”, foi o que ele falou. E na cabeça do prefeito, e eu aqui entendo ele, se a gente... Você tinha *n* outras soluções... Tinham obras que não tinham começado ainda, naquele momento. Ou seja, a atividade cultural era, de todas, a menos importante. Para variar, a cultura não é muito importante. E entendo ele. No que dependesse de uma iniciativa dele, ele estava com... Tinha outros grandes problemas para tocar. Então a gente não conseguiu outro diálogo. Chegou no momento... Aí a gente vai trabalhar o Comitê Rio 2016. Nesse processo pós-eleitoral... Estou indo e voltando, indo e voltando, indo e voltando. Mas, nesse processo pós-eleitoral, acaba que a gente tem a opção de deixar, com as dificuldades que a gente estava tendo de encaminhar isso tudo, deixar as cidades do futebol um pouco de lado. Vamos centrar esforços no Rio de Janeiro, a relação com o estado, com o município, o Ministério da Cultura e o Comitê Rio 2016. Então, esses são os quatro grandes entes responsáveis – a gente identificava – pela programação de cultura ali. É quem poderia fazer. Porque se no Rio de Janeiro não tivesse nada, não adiantava ter alguma coisa nas cidades do futebol. Então, todo mundo pega a eleição, e a gente vai trabalhar com o comitê. A gente chama a Carla... Nisso a Carla tinha assumido já em início... A Carla entra para o comitê um pouco antes de eu chegar na APO, em início de 2014, e estava lá desenvolvendo a programação de cultura dela, queria fazer um grande festival... seis grandes festivais, por temas, também, uma grande linha, ou seja, que teria momentos altos e baixos... A estrutura conceitual, muito bacana. E aí eu falei: “Carla, a gente tem que pensar numa estratégia agora de financiamento, de viabilização financeira dessa programação”. A gente começa uma conversa com o Ministério da Cultura para o enquadramento desses projetos na Lei Rouanet³⁷. Isso fugia um pouco do padrão, por algumas questões – o Rio 2016... O ministério tem algumas normas. Uma produtora que nunca apresentou um projeto, ela tem um teto. “Eu não vou deixar você – eu não conheço seu histórico –, um aventureiro, captar uma fortuna muito grande, porque isso pode impactar a minha folha... Você não vai conseguir executar e isso vai impactar a folha do Ministério da Cultura e inviabilizar outros projetos.” Então a gente teve uma série de conversas com o ministério. O pessoal identificava que era o Comitê Rio 2016, era a Carla que estava lá, tinha uma equipe de gente com um histórico profissional e, por mais que o comitê nunca tivesse captado um centavo, podia haver

³⁶ O entrevistado se refere a Danielle Nigromonte.

³⁷ Trata-se da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991. Denominada como a lei federal de incentivo à cultura, é conhecida como Lei Rouanet, em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, então secretário de Cultura.

a Lei Rouanet. Então, abriu-se essa exceção. A gente teve oportunidade também de conversar, que é uma coisa rara, com a CNIC, que é a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – foi lá em Manaus até, essa reunião –, apresentar a eles esse conceitão da programação de cultura, explicar que “vão ser seis projetos que vão vir para cá, vão para vocês, seria muito importante se a gente conseguisse a aprovação de pelo menos alguns desses projetos ainda em 2014”, porque a previsão era de que os primeiros projetos começassem em março de 2015, então, teria tempo ali para fazer isso tudo e tal. E conseguimos a aprovação dos três primeiros projetos. Era música, dança... Não vou lembrar agora, mas tem na relação, quais eram os três.

V.F. – Acho que a gente tem isso.

M.V. – Tem. Foram os únicos três que foram aprovados, inclusive.

Lilian Lustosa – Que não foram captados.

M.V. – Não foram captados. E aí a gente fez esse movimento, ou seja, a gente construiu essa alternativa, essa saída, e foi a relação com o MinC, que foi bacana, aí depois o comitê não consegue captar. Não sei se eu volto para o ministério... Não, vamos lá. Agora, vamos para o ministério.

V.F. – Fica à vontade, como você quiser organizar.

C.S. – Pode deixar que a gente recupera algumas coisas no meio do caminho. Mas vai em frente.

M.V. – O comitê não conseguiu captar. Na verdade, a Carla enfrentou grandes problemas. E aí de novo tem a ver com as prioridades. O comitê não captou todo o patrocínio para os Jogos que ele pretendia captar, que foi divulgado na mídia, na imprensa e tal, e aí o órgão... Só quem podia captar pelo comitê mesmo para projetos de cultura, mesmo sendo um projeto incentivado, era o setor de captação de relação com o patrocinador do Comitê Rio 2016. E eles já estavam, de certa maneira, com a relação um pouco esgotada, então, eles não conseguiram captar. Chegaram a captar um dinheiro com os Correios, mas, pelo que o pessoal falou, esse patrocínio foi... Ele não se desdobrou. A ideia era que ele pudesse ser num valor maior. No primeiro momento, foi um dinheiro utilizado para a atividade de comemoração de um ano para os Jogos, *One year to go*, que foi na Cidade das Artes e tal, um *show*, e depois isso não se desdobrou efetivamente para

patrocínio e para financiamento das outras atividades. Então ele não conseguiu captar para esses três projetos nada e não conseguiu captar absolutamente nada para a programação de cultura proposta pelo comitê no Celebra³⁸.

V.F. – Então essa dificuldade de captação foi mesmo uma dificuldade, vamos dizer assim, de gestão administrativa dentro do comitê, porque estava sobrecarregado?

M.V. – Não, não só isso.

V.F. – Ou foi também uma dificuldade dos patrocinadores?

M.V. – Dos patrocinadores. Que gera, por si só, também, uma... Talvez, se tivesse... Porque você não pode... O programa de cultura até poderia captar com outros patrocinadores, desde que não fossem concorrentes de patrocinadores dos Jogos.

V.F. – O que é muito difícil.

M.V. – É. Você tem os subprojetos. Rio 2016, Jogos Olímpicos e Paralímpicos é um projeto. Na verdade, Jogos Olímpicos é um e Jogos Paralímpicos é outro. Mas Jogos Olímpicos é um projeto, é o projeto principal deles, são grandes patrocinadores internacionais e nacionais. E você tem os subprojetos – você tem a Tocha Olímpica; você tem o Celebra, que era de cultura; você tem o *Transform* –, e esses projetos, em geral, eles só podem captar com os patrocinadores dos Jogos. Mas é uma captação à parte, é um contrato à parte. A Tocha do Mundo³⁹, por exemplo, foi Nissan, Coca-Cola e Bradesco. Ou seja, a Claro não podia se associar à Tocha Olímpica. A cultura poderia – ela conseguiu isso, ou conseguiu essa discussão – captar para além desses. Poderia captar, por exemplo, com a Petrobras, que não tinha nenhum concorrente entre os patrocinadores dos Jogos. Mas existia uma determinação de que... Até porque eles não queriam... Ou seja, a prioridade – acredito eu – do comitê era cobrir os buracos do orçamento, para a realização dos Jogos. A programação de cultura, mais uma vez, ela não era necessariamente prioritária.

V.F. – E que, nesse momento, já estavam bastante evidentes.

³⁸ Trata-se do Celebra, programa de cultura desenvolvido pelo Comitê Rio 2016.

³⁹ Provavelmente, confundindo-se e querendo se referir ao Revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016.

M.V. – Já estavam bastante evidentes. A gente está falando isso aí... virada de 2014 para 2015. Mas ainda existia essa perspectiva de captar. No projeto original, lá a ideia original da candidatura do... Não da candidatura, mas depois da candidatura, quando você transforma isso em valores dos Jogos Olímpicos, a ideia era que você tivesse investimento no montante de cem milhões de reais numa programação de cultura... na programação de cultura. Se isso viria via comitê, via ministério, via Secretaria Municipal de Cultura, via Secretaria de Estado, não importa, mas cem milhões. O comitê previu no seu orçamento, e tinha isso ainda em início de 2015, vinte e poucos mil reais... milhões de reais, perdão. Vinte e poucos milhões de reais no seu orçamento, que seria o que ele queria captar para investir... Não, a gente não estava nem trabalhando com... Quando ele fala em captar, não era nem captar com Lei Rouanet, não; é captar dinheiro mesmo, para os Jogos. E no seu orçamento geral, se ele não tivesse captado tudo, ele investiria vinte e poucos milhões de reais... vinte e três milhões de reais na programação de cultura. Isso não aconteceu. Obviamente, ele não conseguiu captar tudo e tal. Quando chega mais para frente... Não teve, pelo menos até o momento que eu saí da APO, mas acho que não teve isso, não teve repasse de qualquer centavo público para o Comitê Rio 2016. Porque se tivesse isso, o comitê estaria sujeito à fiscalização do TCU⁴⁰ e tudo mais, e acho que eles não queriam. Ou seja, a gestão privada é bem mais ágil, bem mais prática, e se você tivesse... A Lei do Ato Olímpico⁴¹ permitia isso, mas se tivesse isso, eles teriam uma burocracia muito maior para operar os Jogos, ia ser mais complicado. Mas a gente teve, na organização dos Jogos, em várias áreas, a tal de transferência de responsabilidade: o estado assumiu... o poder público assumiu alguns compromissos que caberiam ao comitê e o comitê assumiu alguns compromissos que caberiam ao estado, por exemplo. Por exemplo, asfaltar a Vila Olímpica. Isso estaria no orçamento, mas a prefeitura tem uma fábrica de asfalto, ela vai lá e consegue asfaltar aquilo. É mais fácil e inclusive mais barato. E nisso o comitê assume alguns compromissos que caberiam... Compra de equipamento, que é mais fácil ele comprar do que a prefeitura. Enfim, são essas coisas. Nessas transferências, o prefeito, numa reunião, para poder não deixar o orçamento do comitê no vermelho – porque se os Jogos Olímpicos derem prejuízo, a lei determina que o Estado brasileiro vai ter que honrar com isso –, ele assume os vinte e três milhões do programa de cultura dos Jogos. Ele chega e fala: “Olha, isso aqui, passa para mim”. Obviamente que ele não previa, necessariamente, investir vinte e três milhões em programação de cultura nos Jogos, mas ele consegue... Ele sabia que ele conseguiria dar conta dessa demanda de vinte e três milhões com o que ele já tem na Secretaria Municipal de Cultura, ou seja, com as atividades que a cidade já faz com edital etc. e tudo mais.

⁴⁰ Trata-se do Tribunal de Contas da União (TCU).

⁴¹ Trata-se da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009.

Ponto. Agora é voltar um pouquinho para trás de novo. Então, como eu falei, a gente... Aí volto aí... Porque isso já foi em meados de 2015, essa decisão do prefeito, no segundo semestre de 2015, também. Mas, em início de 2015, a gente tem os novos gestores. Porque o Sérgio Sá Leitão não queria diálogo, mas ele sai em dezembro... sai em janeiro e, no início de 2015, você tem Marcelo Calero assumindo a Secretaria Municipal de Cultura. Inclusive, quando o prefeito fala que ele consegue dar conta disso, acho que ele chama – é a minha análise –, ele chama o Calero para a Cultura por conta da experiência do Calero no Rio 450⁴². E no Rio 450 ele conseguiu articular uma grande agenda. O Rio 450 não tinha dinheiro para investir. Talvez tivesse lá um caraminguá qualquer. Não sei se ele falou sobre isso aqui.

L.L. – Falou.

M.V. – Foi bacana. Mas ele construiu uma grande agenda. Então, acho que a ideia do prefeito era mais ou menos a ideia que a gente tinha também lá na APO, ou seja, uma grande agenda, onde todo mundo pudesse entrar com aquilo que já tem. E aí eu vou conversar com o Calero, nos primeiros dias, a gente marca uma reunião – a Danielle estava lá, ainda, como subsecretária e tudo mais – e eu coloco a situação para ele, falo: “Olha, Calero...”. Ele falou: “Ah, Marcelo, mas por que o Sérgio não fez?”. Eu falei: “Porque o prefeito ainda não bateu o martelo. Mas o que eu insisto é que vocês comecem a se planejar, porque vai chegar uma hora que o prefeito vai bater esse martelo. E a responsabilidade, independentemente de quem seja o responsável pela realização da programação, A, B, C, D, eu entendo que, se não tiver uma programação de cultura na cidade, isso vai cair no colo da prefeitura e, evidentemente, no colo do secretário municipal de Cultura. É o primeiro a [ser cobrado]”. E o Calero foi falar com o prefeito. Aí você tem esse movimento de o prefeito assumir... Acho que as coisas vão se encaixando. Ele vai falar com o prefeito sobre isso e aí o prefeito autoriza... Não sei se o prefeito autoriza. [riso] E aí ele realiza o edital. Ele monta o edital Rio Cidade Olímpica, investindo dezessete milhões. Ele anuncia dezessete milhões da prefeitura na construção de uma programação de cultura, uma programação que eu acho que ficou bem estruturada, porque ela dá conta tanto de contratação de atividades artísticas – ela tinha a previsão de cinco palcos móveis, que estariam rodando pela cidade – e ela tinha uma questão que eu achei muito legal, que era uma das questões de Londres, os teatros vazios... “O que a gente pode fazer? Bom, então, vamos bancar essa programação que já está nos teatros, para que, durante o período dos Jogos, ela aconteça a preços baixos ou de graça, para que

⁴² Tratam-se das atividades organizadas pela prefeitura na comemoração dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro.

outras pessoas que de repente... [pessoas] da cidade mesmo, que não vão ao teatro, possam ir.” Ou seja, não trabalhar só com a lógica da relação com o turista. A estrutura ficou... A proposta ficou muito legal. Ele lançou isso, foi editado, as pessoas se inscreveram etc. Nisso a gente retoma também a conversa com a secretaria de estado, já com a Eva Doris, e a Eva, já desde o primeiro momento, fala: “Olha, não tenho grana. Eu posso...”. O que a Eva queria fazer era trazer alguns grupos de cultura do estado do Rio de Janeiro para cá, para aproveitar. E o estado sempre muito interessado nessa parceria. O estado não estava... [O estado] sabia que não tinha recurso e queria construir algo em comum. Ele fala: “Olha, eu tenho aqui a minha estrutura, eu tenho os teatros, eu tenho... Posso ajudar na produção, posso ajudar de alguma maneira e trazer essa programação do interior do estado do Rio, que é interessante”. E aí a conversa com o Juca. Aí entra o Adriano. O João Brant, que era o secretário executivo, teve um papel muito importante nesse processo. Na posse do Juca, o Júnior Perim, que ainda era sociedade civil, Circo Crescer e Viver, ele organiza um grupo de atores do Rio, da cena cultural, para a posse do Juca e puxa uma reunião para o dia seguinte com o Juca, e a pauta era a programação de cultura nos Jogos. “Tem que ter investimento. Tem que ter grana. E não é só showzão, só para turista ver”. Porque nisso, obviamente, as pessoas já sabiam que ia ter também os *Live Sites*, que seriam tipo os *Fifa Fan Fest*, que eram os grandes palcos, para grandes shows, que é bacana, é importante, é muito legal, mas não contempla, necessariamente a diversidade cultural da cidade. E aí o Júnior chama essa... junto com o Perfeito Fortuna, a reunião que ele chama de Fórum Carioca de Cultura, na Fundação Progresso, onde convida o Calero, secretário municipal de Cultura; a Eva Doris, secretária de estado de Cultura; Juca Ferreira, ministro da Cultura; e Carla Camurati, diretora de Cultura do Rio 2016. E ali, uma grande plenária, todo mundo fala etc. O Calero, ali, já anuncia que vai fazer... Ele ainda não estrutura o que vai fazer, porque não tinha isso ainda amarrado, mas ele já anuncia e se compromete a pensar uma programação de cultura que dê conta da diversidade da cidade; a Eva coloca a dificuldade financeira, mas que ela vai pensar; e o Juca não assume financeiramente nada, porque ele não tinha garantia financeira nenhuma, a situação do ministério não era, financeiramente falando, nada favorável, mas ele, ao ir para lá e falar com as pessoas, ele assume um compromisso de que a cultura, de certa maneira... a cultura nos Jogos vai estar na pauta dele; e a Carla, efetivamente, também muito sem grana, já identificando a dificuldade de captar – porque, no planejamento dela, já deveria ter captado, porque isso era fevereiro e em março tinha que começar projeto –, estava adiando o início da programação de cultura. E a Carla acaba focando suas atenções na questão da incorporação da cultura paralímpica, da cultura... Não da cultura paralímpica, mas da cultura... da acessibilidade cultural. E a gente retoma a conversa com

todo mundo e a gente consegue organizar um novo GT de Cultura, sem as cidades do futebol, só com o ministério, estado do Rio, União, Rio 2016 e os órgãos de governança.

C.S. – Marcelo, só para fazer um registro, para fazer a distinção aqui, porque isso é importante para a gente futuramente: então, aquele outro fórum... Porque os nomes se parecem um pouquinho. Aquele outro fórum, que tem a ver com o legado de Londres, é o Fórum Cultural Olímpico e Paralímpico...

M.V. – Isso.

C.S. – ...que você contou que teve o envolvimento do Faustini...

M.V. – Isso, isso.

C.S. – ...e que acontece no Museu de Belas Artes e na Arena Jovelina Pérola Negra.

M.V. – Exatamente. Esqueci desse último lugar.

C.S. – Então, é aquela experiência de fórum. Agora, você já está falando do Fórum de Cultura que acontece na Fundação Progresso.

M.V. – É. É diferente. Na verdade, o fórum de 2013 é uma iniciativa do *British Council*⁴³ com o Ministério da Cultura. A ideia era essa questão do legado. Tinha uma pegada... Porque Londres, uma das grandes questões, do ponto de vista de legado, no âmbito cultural de Londres 2012, é a questão da acessibilidade cultural. Eles têm trabalhado isso. A marca *Transform*⁴⁴, o *Unlimited*⁴⁵. Eles têm trabalhado isso de maneira muito presente. Tanto é que está uma programação agora, nesses dias, na cidade. Eles fecharam uma parceria de formação de artistas com [deficiência] com o Circo Crescer e Viver e eles criaram um espetáculo agora. São cinquenta artistas formados. O *British Council* tem investido energia e recurso nessa relação. Então, esse fórum é um pouco para

⁴³ Trata-se de uma organização britânica dedicada ao estabelecimento de relações culturais e educacionais.

⁴⁴ Trata-se do programa de cooperação cultural estabelecido entre Brasil e Reino Unido, que vigorou entre os Jogos de 2012 e 2016.

⁴⁵ Trata-se de um programa que fez parte da programação cultural dos Jogos de Londres 2012. Consiste no incentivo a trabalhos produzidos por artistas com deficiência.

isso. E o que eles gostariam muito é que a gente conseguisse dar continuidade nisso, também, ou seja, que esse fosse um legado olímpico, ou paralímpico, que continuasse aí para frente.

V.F. – E esse legado, na sua avaliação, você acha que se efetivou?

M.V. – Em parte, sim. A gente conseguiu criar – na verdade, aí o papel do *British Council*, particularmente –, articular duas redes de acessibilidade cultural, uma em São Paulo, que é um trabalho que eles já vinham fazendo antes, e outra que começou em 2015, aqui, que é a Rede Carioca de Acessibilidade Cultural, que junta todos os equipamentos culturais da cidade. Eu acho que hoje talvez seja... Eu acabei me afastando um pouco, porque, com a entrada do período operacional dos Jogos, a partir ali do início do ano, eu me afasto mais dessas áreas mais de articulação e planejamento, mas acompanhava ainda por e-mail e tenho alguns conhecidos que participam. Eu acho que hoje é a principal rede de cultura, e aí de maneira mais institucional – não estou falando de sociedade; estou falando de equipamentos, de gestores e tal –, é a que a gente tem na cidade do Rio de Janeiro, pela capacidade de articulação deles. Então, existe essa rede, que pensa, que trabalha a formação; você tem algumas outras iniciativas que já existiam antes, que acabam também se incorporando a essa rede – já tinha um programa de especialização em acessibilidade cultural, que é uma parceria da UFRJ⁴⁶ com o Ministério da Cultura; você tem essa própria iniciativa de formação de artistas com deficiência, que é uma parceria [inaudível] com o Crescer e Viver, tem investido nisso. As sementes estão plantadas. O legado não se dá por completo imediatamente após os Jogos; é um processo. Acho que existem boas perspectivas. Tudo depende agora da capacidade financeira de investimento. Porque sem recurso para fazer a roda girar, a roda não gira. Mas, no âmbito da acessibilidade, acho que a gente tem algumas questões. Acho que a gente perdeu algumas boas oportunidades. Por exemplo, uma coisa que a gente bateu o martelo lá atrás e era uma das questões colocadas naquele primeiro programa lá de trás, do GT Cultura, era a questão da acessibilidade cultural dos equipamentos de cultura, e acessibilidade não só do ponto de vista da pessoa com deficiência, [mas] acessibilidade ampla, ou seja, que a gente pudesse ter não só o piso tátil, mas pudesse ter audioguia, audioguia em três línguas, que a gente tivesse todos os equipamentos da cidade com sinalização, que a gente pudesse produzir material trilingue dos grandes museus, ou seja, que a gente pudesse ter um processo... que os funcionários dos equipamentos de cultura fossem capacitados e qualificados para atender o público carioca e o público não carioca, o turista. Esse é um projeto que era muito bacana,

⁴⁶ Trata-se da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

grande, e acho que seria o grande legado que a gente poderia ter. E a gente não conseguiu fazer isso, um pouco por falta de articulação, mas principalmente por falta de dinheiro.

C.S. – Entendi.

M.V. – Só para terminar a fala... Juro que eu vou ser rápido. Estou prolixo.

V.F. – Não, não. Não precisa ser rápido.

M.V. – Não, não. Porque eu falei da Secretaria de Cultura, o estado, e o Ministério da Cultura é essa situação toda. Então a gente retoma o GT e aí se começa a criar um mapa de projetos: o que tem em andamento. E aí a gente fica, em 2015, patinando na situação, porque ninguém tinha grana, e só a prefeitura lança, em agosto de 2015, o seu edital. Nisso, e aí é uma análise minha muito particular, a prefeitura, quando ela lança – ela é a única que coloca o barco na rua –, ela tira um pouco o corpo fora do diálogo com os outros entes. E a gente faz um evento-teste da cultura, que é a Maratona Cultural, de um ano para os Jogos, dia 8 de agosto de 2015, se eu não me engano, 8 e 9, que aponta alguns problemas exatamente na relação entre os diversos entes. Todo mundo queria... a questão de marca no material e tal etc. A gente não conseguiu construir efetivamente, e que era a ideia original, aquela programação unificada. Até o final do ano, quando o Ministério da Cultura efetivamente sinaliza – e no início do ano de 2016 consegue – o orçamento de oitenta e cinco milhões de reais. E aí a coisa muda de figura. O ministério volta com mais peso a essa cena, de uma maneira um pouco mais concreta, e começa a estruturação dessa programação, do Ministério da Cultura. Então você... Não sei se você tem uma pergunta mais lá na frente; se esse momento inicial, se eu já emendo nisso ou deixo para depois.

C.S. – Como você quiser.

V.F. – Fica à vontade. Se quiser emendar...

M.V. – Porque aí é a grande questão. Ou seja, existe uma parceria estabelecida ali, firmada em portaria, entre a APO e o Ministério da Cultura, e a gente contrata duas pessoas para ajudarem a organizar essa programação de cultura: o José Mauro Gnaspini, que é o curador e o cara que pensou e tocou a Virada Cultural de São Paulo por 12 anos, e a Danielle Nigromonte, que tinha sido subsecretária de Cultura do Rio – hoje, ela é de novo – e que entende de administração

pública na área de cultura e conhece a cidade do Rio. Então, os dois assumem a assessoria de cultura lá na APO, lá na superintendência, e começam a conversar com o MinC, com todas as instituições do sistema MinC, os museus, Funarte, fundações, secretarias, [passam a] colher essas informações e estruturam isso numa proposta... Não só os dois, desculpa. Só corrigindo, você tinha um grupo ali de cinco pessoas, se eu não me engano – era o Zé; a Dani; o Adriano, que coordenava esse grupo; uma pessoa da Funarte; e mais uma pessoa que eu não lembro quem é agora, efetivamente –, que foi o grande responsável por estruturar isso tudo. Eles colheram essas informações, montaram a programação, foi aprovada pelo Juca, e aí eles passam um pouco... Na verdade, eles não montam só uma proposta de programação colhendo essas diversas informações das secretarias, das instituições do MinC; eles já propõem – porque essa era a grande questão – como que, administrativamente, essa programação poderia ser viabilizada. Porque, na gestão pública, você tem algumas dificuldades. A lei 8.666⁴⁷ traz essas questões. Ou seja, o ministério não poderia contratar, por exemplo, diversos processos pingados de sonorização. Tem que contratar um só. Então você teve um trabalho de logística, de identificar esses diversos contratos e propor. Eles fazem uma proposta. Por exemplo, som... Não sei... Algumas coisas vão ser por licitação; outras coisas, mais artísticas, por inexigibilidade. E identificar em todo o sistema quem teria, através de conversas, mais facilidade para tocar algum tipo desses processos. Tem processos que saíam pela Funarte; alguns processos, a proposta é que saíssem diretamente pelo ministério; alguns saindo por instituições parceiras, como a Federal Fluminense. Enfim, montou esse grande mapa. Mas o ministério demora para bater o martelo efetivamente nessa proposta; o Juca anuncia essa programação às vésperas do afastamento da Dilma; e aí chega o Calero. E nisso a gente faz o monitoramento, paralelamente a isso, em relação aos riscos, que é a atuação da APO, a primordial, os riscos de essas ações acontecerem ou não. Nesse momento da virada, você tinha ainda tempo... extremamente apertado, mas ainda existia um tempo hábil perante a lei para que tudo isso acontecesse. No dia da posse do Calero, o Calero chama uma reunião desse grupo, com a Carla Camurati, também, para tratar de programação de cultura.

V.F. – Você participa dessa reunião?

M.V. – Não, não. Porque quando vem a Dani e o Zé, eu me afasto um pouco dessa relação e eu vou acabar... Enfim, tenho um acompanhamento sempre, mas a relação mesmo mais próxima, eu fico mais afastado. São os dois. Mas tem uma reunião onde eles apresentam isso tudo e tal e

⁴⁷ Trata-se da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações.

apresentam as grandes questões. O ministério já tinha sido desfeito, é refeito, e ele não dá uma resposta. Obviamente, ele vai reanalisar tudo – teve uma mudança de gestão, vai e volta o processo, e com isso vai perdendo tempo. Até que, um mês e meio depois, praticamente todas as ações que ainda não tinham sido iniciadas – e pouquíssimas foram iniciadas – já estavam em risco alto de não ter capacidade de execução, o ministério suspende a programação. E aí que você tem aquela cena toda: a equipe toda é desmobilizada e tudo mais. Mas suspende a programação e reapresenta... O ministro Calero – aí já o Calero como ministro –, ele reapresenta essa programação, basicamente a mesma, reduzida, com algumas coisas a menos, e informando que ela estaria concentrada no período dos Jogos Paralímpicos. Então, ao fim e ao cabo, você tem a programação do Ministério da Cultura – e aí não tem como garantir, hoje, dia 8 [de setembro], ainda, o que aconteceu e o que não aconteceu – prevista para acontecer de maneira concentrada no período dos Jogos Paralímpicos e num valor bem inferior aos oitenta e cinco milhões de reais. O Comitê Rio 2016 não conseguiu captar. Na verdade, você tem uma mudança inclusive da lógica da estrutura interna: a Carla assume uma outra função dentro do comitê, que é de direção de conteúdo, do ponto de vista cultural, trabalha um pouco com relação com outras frentes. Quando a Carla não consegue captar e o ministério contém o dinheiro – aí, voltando lá para trás –, ela vai conversar com o Juca Ferreira e ela solicita ao Juca um valor. O Juca acena com ela uma possibilidade de apoio, mas ela não receberia... o comitê não poderia receber, porque o comitê não tinha como, e o ministério também não teria condições de fazer isso, de [o comitê] receber dinheiro direto, então, ela manda o que seria essa programação para esse grupo do MinC, para que eles incorporem isso dentro dos diversos contratos. Basicamente, a proposta da Carla era a questão do *Sport Presentation*, que são aqueles momentos antes, durante e depois dos Jogos, de intervalo, onde você tem algum tipo de atração. Ou seja, era uma oportunidade, era uma vitrine de demonstração de algumas atividades culturais brasileiras. Nem todas cabem ali. Mas, no final das contas, dado o tempo, pelo que eu sei, isso não foi contratado. Na redução da nova programação, o *Sport Presentation* ficou fora e eles estão trabalhando com o que já tinham. Porque a ideia original inclusive era aproveitar, ou seja, identificar o que está vindo de cada parte e poder fazer com que isso circulasse. A programação da cultura, na verdade, da Secretaria de Cultura, do edital... Porque você tem o edital normal da prefeitura, que acontece, e você teve o edital Cidade Olímpica. Algumas ações foram contratadas; outras, o pessoal demorou muito tempo para receber o recurso. Não havia orçamento, efetivamente. O orçamento foi só depois que o Júnior Perim assumiu – ele conseguiu viabilizar esse orçamento junto ao prefeito, porque existia um compromisso efetivamente colocado na rua, mas parte da programação foi desmontada, também, por falta de recursos. Ou seja, os palcos que rodariam as cidades. Isso não aconteceu.

Até chegou a ter licitação etc., mas não teve efetivamente recurso para isso. A Secretaria de Estado de Cultura, no início do ano, a Eva queria trazer alguém, ela chegou a negociar um patrocínio com a Claro e a Embratel, se eu não me engano, e esse patrocínio não aconteceu. A gente até intermediou uma conversa do Ministério da Cultura com a Secretaria de Estado de Cultura para o uso da Fundação Progresso, que é um equipamento do estado em comodato com a Fundação propriamente dita, e em troca garantir que o ministério trouxesse, incorporasse na sua programação as manifestações do interior do estado. Não sei como ficou isso efetivamente, agora, com esse novo desenho da programação. E a cena é essa.

V.F. – Marcelo, na sua avaliação, por que houve esse redesenho, vamos dizer assim, das ações do Ministério da Cultura, a partir da gestão Calero, voltadas para as Paralimpíadas?

M.V. – Por tempo. Na verdade, quando teve a primeira reunião... Na verdade, isso já era um alerta que a equipe vinha fazendo ao Juca: “Olha, o tempo é curto”. A ideia original do grupo era que essa programação fosse anunciada em março, em início de março, para você ter tempo de contratação... Você tem alguns tempos burocráticos, para além da dificuldade que o próprio Ministério da Cultura tem. A situação era tanta que a APO estava prestando, informalmente, uma assessoria jurídica ao Ministério da Cultura, ou seja, os procuradores da APO... Porque eles estavam... Além do dia a dia do ministério, você tinha essa demanda gigantesca e absurda, e o pessoal estava auxiliando, orientando e tal. Quando o Calero assume, o tempo já era extremamente apertado. Algumas ações já correriam o risco de não conseguir ser contratada a tempo. Teria que correr muito. O ministério teria que dar uma priorização para isso. Com a demora de um mês e meio, ele não ia conseguir... ele não garantia... ele não tinha condições de entregar a programação de cultura. Então ele, na minha análise, ele suspende a programação por conta disso, porque ele não teria mais condições de entregar, e a reformulação da programação se dá, efetivamente, por conta do tempo, e aí ele calcula que vai conseguir entregar para os Jogos Paralímpicos. Ele ganha um mês aí, nessa reorganização.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

V.F. – Marcelo, retomando aqui, a gente estava falando desse momento conturbado, do afastamento da Dilma e da mudança de orientação da programação cultural no âmbito do Ministério da Cultura. Porque quando o Calero assume e o ministério volta a ser ministério...

Enfim, tem todo esse reordenamento, ele assume, tem essa redefinição e essa programação cultural enxugada, reduzida, para as Paralimpíadas.

M.V. – Sim.

V.F. – Você chegou a comentar, e isso é uma questão que aparece na pesquisa, que o Ministério da Cultura demora a bater o martelo, demora a contratar. Isso ainda na gestão Juca. E aí eu queria saber, na sua avaliação, na experiência que você teve ali no dia a dia, de acompanhamento, de onde vem essa demora nessa batida de martelo e nesse compromisso mais formal com essas ações?

M.V. – É política. Porque tinha dinheiro. Tradicionalmente, o grande problema do Ministério da Cultura é falta de grana. E isso tinha. Aliás, o ministério era o único que tinha grana efetivamente disponível, ainda, para investir de certa maneira nos Jogos.

V.F. – Isso já nesse momento de 2016, não é?

M.V. – Em início de 2016.

C.S. – Porque, em 2015, a falta de grana era uma realidade.

M.V. – O dinheiro entra... A MP, se eu não me engano, é publicada no primeiro dia útil de 2016, a medida provisória. Então o dinheiro chega, os oitenta e cinco milhões... E como é rubrica Jogos Olímpicos, ela não era contingenciada. A partir do momento que você apresenta... Você tinha o orçamento, apresenta o projeto... [ênfase] o projeto é executado. Foi o caso aqui do projeto Memória, inclusive. Entrou o projeto, o dinheiro entrou. Não tinha muita mágica, não tinha grandes problemas em relação a isso, não. Então, acho que era político. Era político, mas acho que a questão era muito interna, dentro do ministério. Você tinha alguns projetos... Porque a partir do momento que o grupo fez aquele trabalho de levantamento de todas as demandas e estruturou aquilo, deu, obviamente, um valor acima de oitenta e cinco milhões, e você tinha que cortar. Existiam algumas propostas de corte. O grupo apresentou isso para o Juca e para o João, e era uma batida de martelo efetivamente política. Acho que pode ter demorado, também... Enfim, a própria conjuntura política do país, de certa maneira, “vamos ver o que vai acontecer”. Mas acho que a questão era essa, era falta de... Isso poderia gerar algum tipo de desgaste interno, ou seja:

“Olha, vou cortar alguma parte da programação que você está propondo”. Isso poderia gerar... Foi isso. No caso do Calero... Isso no momento Juca.

V.F. – No momento Juca... Porque aonde eu queria chegar é nessa questão que você diz que é uma dificuldade política. Aí você...

M.V. – Política interna. Não é política externa, não; era interna.

V.F. – Isso. Era justamente essa questão. Porque aparece muitas vezes, isso tem aparecido, é uma questão que está amplamente sendo debatida no cenário público, o quanto também o MinC... E o Juca Ferreira teve um papel importante nessa defesa da Dilma, contra o processo de impeachment. Então, em que medida o Juca voltou os seus olhares, os seus esforços, vamos dizer, não seus olhares. Mas aí você está trazendo uma outra questão.

M.V. – Acho que são as duas coisas. Tem um pouco o momento político, também. Ou seja... O governo, de um modo geral, ele fica emperrado, nos últimos meses da Dilma ali, principalmente no último mês. As pessoas não tinham... O afastamento começou... De certa maneira, estava colocado. A partir ali de março, de meados de março, o afastamento estava colocado. Teve... Quase teve... Chegou a ser marcado o lançamento... Porque, na verdade, eram duas questões. O martelo mesmo foi batido um pouco antes, não foi só em maio, não. O Juca bateu o martelo, já tinha um tempinho já, o anúncio é que ficou pendente de ser feito. Ele quase foi feito um mês antes, se eu não me engano, no início de abril, inclusive numa solenidade com a Dilma. Chegou a ser agendado, entrou na agenda e tal. Aí, por uma questão de agenda da Dilma, não saiu e ficou aquela... “A Dilma vai?”. Porque quando chegou no final, nessa reta final da gestão Dilma, a ideia era colocarem tudo quanto era pauta positiva, e um anúncio de oitenta e cinco milhões de reais para a área de cultura é uma pauta superpositiva, com uma parcela ali da sociedade que, por mais que tenha críticas à gestão Dilma, mas está mais para Dilma do que para Temer.

V.F. – E eu até imagino que correr para se comprometer com as ações, pensando na mudança de gestão.

M.V. – É. Na verdade, se tivesse... Na verdade, você tem ali uma faca de dois gumes. A gestão demorou. O Juca demora a bater esse martelo. Mesmo em abril já é tarde. A ideia é que esse martelo pudesse ter sido batido em fevereiro, essa é a minha análise aqui, para que os processos

pudessem começar a ser contratados em março e em maio já estar tudo contratado, para você começar a trabalhar a produção mesmo, efetivamente. Ele demora para isso. Ou seja, mais um pouco... Já está muito claro, quando chega em abril, que a Dilma vai cair. O próprio... O João comentou isso, o João Brant, de que ele também chega numa situação que eles ficaram meio... Teve alguns processos mais avançados e maduros que saíram: a própria Memória, a relação com a UFF, teve um outro também que agora... teve alguns estágios da Funarte que foram. E ele fala o seguinte, que teve uma opção deles, já que estava muito claro que o governo ia sair, de eles não contratarem, porque isso poderia... Ele falou: “Olha, quem vai responder legalmente, juridicamente... Porque você tem vários processos ali que eram processos mais complexos, como os processos de inexigibilidade, por exemplo. São complexos e estão sujeitos a questionamentos dos órgãos de controle. O TCU odeia inexigibilidade. Mas você não contrata artista a não ser... naturalmente, artistas mais de renome, porque você quer aquele cara, [a não ser] sem uma inexigibilidade [de licitação]. O próprio João fala isso, que eles optaram por deixar para a próxima gestão iniciar o processo, porque aí você não vai ter problemas de questionamento. Mas, efetivamente, acho que é uma questão de falta da bateção de martelo por questão política, mesmo.

V.F. – E, internamente, essa questão política interna são os diferentes grupos? De onde vem essa dificuldade dessa questão política interna?

M.V. – Internamente, dentro do MinC, mesmo.

C.S. – Da gestão.

M.V. – Da gestão. O projetão ficou acima dos oitenta e cinco milhões. Então você ia ter que cortar, e ia cortar na própria carne, ou seja, você vai ter chiadeira interna. E aí você tem o momento político. Aí as coisas vão... Tem um momento político delicado, ou seja, não é o momento de você perder... correr o risco de perder apoio...

V.F. – E aí a chiadeira que você diz é dentro das próprias instituições vinculadas ao MinC? Ou é também apoio da sociedade civil?

M.V. – Não, nesse momento, era a chiadeira interna, mesmo. Não chegou a ter um trabalho de articulação externa, não. É interna.

L.L. – Tem um material que eu achei que tem duas... Foi publicada no Diário Oficial a contratação de duas produtoras pelo Ministério da Cultura, uma produtora e uma... acho que era uma empresa de iluminação ou alguma coisa... Você sabe se isso de fato... Foi até naquele material que você me passou.

M.V. – Sim, sim.

L.L. – Está publicado no Diário Oficial, dentro desse contrato para a programação das Olimpíadas. E depois a gente teve a questão desse desmonte todo. Queria saber se você sabe se de fato essas empresas que estavam dentro desse contrato foram utilizadas.

M.V. – Eu sei que teve alguns processos que chegaram a sair, alguns processos que estavam mais maduros, lá atrás, que o pessoal colocou. Eu não tenho... Porque aí... O macroacompanhamento, eu estava fazendo. Esse acompanhamento mais preciso ali, de processo e tal, isso era mesmo com a Danielle ou com o José Mauro. Eu não sei te dizer isso. Está lá na documentação. Se for pegar ali, a gente vai olhar, mas eu vou ter que ligar para eles para checar a informação.

C.S. – Marcelo, a gente depois vai voltar e detalhar uma série de questões, ainda, na área de cultura, mas eu quero fazer um *rewind*⁴⁸ aí, uma volta para o momento em que você entra na APO, e te fazer umas perguntas mais gerais, não especificamente de cultura, mais gerais. Primeiro, para a gente ter aqui o registro de como que surgiu o convite para você ir para a APO, primeiro de tudo.

M.V. – Juliana Carneiro. Na verdade, eu tenho uma história antiga: a Juliana foi uma das minhas primeiras chefes. Quando eu fui estagiário na Secretaria de Cultura, em Niterói, ela era diretora lá de alguma coisa. Foram vários alunos da UFF, na época. A gente foi trabalhar num projeto grande lá. Depois eu trabalhei com ela num escritório de gestão de projetos, também em Niterói. Então, ela me conhecia. Eu já vinha, de certa maneira, acompanhando... Porque no final de... Em 2014... Quando eu falo que a Renata, que era assessora de grandes eventos do Ministério da Cultura, ela põe Jogos Olímpicos para escanteio e foca em Copa do Mundo, ela acaba pedindo – depois a gente formaliza isso, inclusive com a Cristina Wanzeler, que era a secretária executiva e ficou como ministra interinamente – que a Representação Regional do Rio, nesse processo,

⁴⁸ Trata-se de uma palavra de origem inglesa que significa voltar, rebobinar.

nesse momento, faria o acompanhamento da pauta Jogos Olímpicos no âmbito do Ministério da Cultura. Então eu começo a participar. O grupo deixa de ter reunião, mas eu estou lá. Eu participei de algumas reuniões e tal, eu estou presente. Como eu já...

V.F. – Na APO?

M.V. – Do GT Cultura. Estava no Ministério da Cultura, ainda. Estou falando de final de 2013 e início de 2014. Então eu começo a acompanhar isso. Quando a Juliana chega – e ela chega como superintendente de Cultura, ela assume esse espaço na APO, a gente já se conhecia, então... E ela recupera. Ficou alguns meses parado, porque o Cid sai e a Juliana não entra imediatamente depois. O Cid saiu em outubro, se eu não me engano, ou novembro, e a Juliana chega em fevereiro. Então, teve um interregno ali. Mas eu acompanhava. E aí a APO estava passando por uma reestruturação: tinha entrado o general Fernando⁴⁹ – foi quem convidou a Juliana e tal –, e não existia, ainda, o diretor de Serviços A Diretoria de Serviços é uma diretoria nova, se eu não me engano. E acabam convidando a Juliana para assumir [a diretoria], e aí a Juliana me liga. De certa maneira, como já tinha essa relação etc., e a gente se conhecia, também... [Vou] para a superintendência.

C.S. – A Superintendência de Cultura.

M.V. – Superintendência de Cultura, Eventos e Turismo. Entrei no lugar dela, porque ela virou diretora.

C.S. – E quando você chega na APO, nesse momento, qual é o cenário da APO? O que já estava implementado? O que já estava acontecendo ali?

M.V. – A APO estava em pleno processo de mudança. Vou falar um pouco da APO. Provavelmente, o Marcelo Pedroso deve ter falado isso, a APO tem... Vou organizar em três fases, ou quatro fases... três fases principais. A APO é criada lá atrás, tem uma historiazinha de início, mas tem o Márcio Fortes como primeiro presidente. O Márcio fica um período de um ano e pouco, se eu não engano; eu acompanho esse processo todo de perto; sai; a APO fica alguns meses ali, quase um ano, com uma presidência interina, até que o governo indica... Porque não depende só do governo federal. Na verdade, a presidência da APO depende de um acordo entre os três entes.

⁴⁹ O entrevistado se refere ao general Fernando Azevedo e Silva, o segundo presidente da APO. Ao todo, o consórcio teve três presidentes: o primeiro foi Márcio Fortes de Almeida e o terceiro foi Marcelo Pedroso.

Tanto é que o projeto original é que o Henrique Meirelles fosse presidente da APO. Mas o Eduardo Paes vetou. Até o convite para o general Fernando. O general Fernando foi a pessoa responsável, no Exército, pelos Jogos Mundiais Militares, tem um histórico, e ele reestrutura toda a APO. Aliás, tem uma pessoa que é fundamental nesse processo, que é o coronel Fonseca⁵⁰, que é um cara da área de inteligência do Exército, de logística, que é quem foi a cabeça por trás dessa reestruturação da APO. É uma pessoa extremamente interessante. Não sei se... Como o foco aqui não é a APO, não sei nem se vale... Mas é uma pessoa muito legal.

V.F. – Acho que vale.

M.V. – E ele reestrutura a APO. Ele propõe, junto com general Fernando, essa redivisão; ele estabelece esse procedimento, esse padrão de acompanhamento de tema; ele chama as pessoas e começa a formatar aquela equipe que vai construir o sistema de acompanhamento da APO. Enfim, ele estabelece essa padronagem, essa nova cara que a APO... A APO quase acaba, ali no final da gestão do Márcio Fortes, porque ela não cumpria... Ela ficou num limbo durante um tempo. Porque ela foi criada para ser um braço executivo. Por questões políticas, ela não tem esse papel executivo; ela quase é extinta; e o general Fernando, com o coronel Fonseca, eles restabelecem esse novo papel da APO. Então a APO estava terminando esse processo de... O sistema tinha acabado de ser implementado, quando eu chego. Essa nova dinâmica de atuação estava em formação, ainda, as pessoas estavam sendo capacitadas e treinadas para isso; e o general Fernando tinha essa... estava buscando quadros técnicos para ocupar os espaços faltantes. Tinha, ainda... Grande parte da estrutura da APO não tinha sido contratada. Tinha demitido todo mundo e não tinha contratado novas pessoas. Então foi esse quadro. Na área da cultura, especialmente... Não sei se quer que eu fale da...

V.F. – Pode ir.

M.V. – Tinha isso, tinha... A situação estava meio parada, por conta da... Tinha saído o Cid Blanco, que era o superintendente; a Juliana tinha acabado de chegar, em fevereiro, e ela estava retomando, recuperando essas relações quando ela vira diretora. Então era o momento, ainda, de final de reorganização. Na verdade, essa reorganização termina um pouco depois que eu chego. Eu sou parte da penúltima leva dessa reorganização da APO. Não sei se eu respondi sua pergunta.

⁵⁰ O entrevistado se refere ao coronel Alberto Fonseca.

C.S. – Respondeu a minha pergunta. E você está contando aqui dessa reestruturação que o general Fernando faz, dando um novo papel à APO, mas um novo papel sem esse braço executivo...

M.V. – Isso.

C.S. – ...que em algum momento... Quer dizer, originalmente, foi pensado.

M.V. – Ela deveria ter. Ela nunca teve o... nunca teve a função. Não é nem o braço; é a função mesmo executiva. Porque o projeto original da APO previa até a criação de uma empresa, que era, efetivamente... era a Brasil 2016... Não lembro o nome da empresa. Era a empresa que ia tocar as obras. Então, na conjuntura política, isso acaba mudando: a prefeitura cria a Empresa Olímpica Municipal, que é a responsável pela realização das obras, e a APO fica numa situação meio delicada, porque, pela lei⁵¹, ela é a responsável pelo cumprimento das garantias assumidas pelo país, mas ela não é um órgão de controle e ela não é um órgão executivo. Ela ficou num grande limbo. Então, o primeiro papel que a APO acaba desempenhando é esse: ela é responsável e ela vai monitorar – acompanhar é a palavra ideal –, [acompanhar] se as garantias assumidas estão sendo cumpridas, se vão ser entregues; identificar os gargalos, os riscos, os problemas; criar os alertas necessários; e trabalhar, na base da articulação, da integração, para que as garantias sejam entregues.

C.S. – E nesse papel, que você mesmo está definindo como um lugar um pouco delicado, qual é a sua avaliação de como se deu a relação com os outros entes, com o comitê...?

M.V. – Tem casos e casos. Acho que depende das áreas. Você tem espaço onde a APO teve um papel estratégico fundamental; você tem espaço onde a APO não conseguiu estabelecer uma relação. Depende das pessoas e depende dos interesses, depende das questões. Por exemplo, a área de energia é uma área onde eu acho que a APO teve um papel... Se a gente conseguiu ter as luzinhas todas acesas foi porque a APO estava lá com o corpo técnico, que está ainda lá na APO, e a capacidade de articulação e de conhecimento técnico desse corpo. A relação com o ministério... que cuida da questão de entrada... do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente, toda a relação... da entrada dos cavalos. Em alguns setores, a APO tem um papel

⁵¹ Trata-se da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011. Essa é a lei que criou o consórcio público interfederativo, a APO.

preponderante; em outros, não. A cerimônia é um desses. A gente não conseguiu, porque é um assunto *top, top secret*, supersecreto etc., a gente não conseguiu, no que diz respeito à concepção mais artística da cerimônia, ter qualquer tipo de relação. A gente soube na surpresa, no dia da abertura. A gente acompanhou sob outros aspectos: segurança, mobilidade, a questão do transporte, toda a operação de logística que envolvia a chegada e saída do Maracanã, por exemplo. Então é isso, em algumas áreas, a APO só acompanhou e fez relatório; em outras, a APO acabou tendo um papel mesmo de desatadora de nós ali; em outras vezes, nem conseguiu chegar muito perto. Mas acho que a APO foi importante, porque... Tem uma coisa que... Quem conhece a administração pública sabe das dificuldades em relação... dos estresses causados com os órgãos de controle, porque eles chegam de supetão, [ênfase] fazendo terra arrasada. O TCU quer tudo para amanhã e para a máquina. Só que os Jogos tinham data para começar. A APO fez muito esse papel. Ela intermediou, efetivamente, no final das contas, a relação entre os órgãos finalísticos e os órgãos de controle. Ela garantiu que os órgãos finalísticos tivessem condições para a entrega, não só porque segurava a pressão aqui, mas porque ajudava a resolver os problemas, sabendo que os problemas... como seriam e quais seriam as grandes demandas. E como a APO era efetivamente o órgão que era cobrado e demandado inicialmente, ela construiu essa relação. Acho que a APO foi importante, foi fundamental nesse jogo, também, nessa relação.

C.S. – Acho que a gente pode voltar para a cultura.

V.F. – Na verdade, acho que a gente podia também, Marcelo, se você puder detalhar um pouco mais o que competia à sua superintendência... É uma área bastante vasta, então, como é que era essa rotina diária? Se é que havia uma rotina. Mas como é que era essa relação com esses diversos pontos de acompanhamento?

M.V. – Vamos lá. É uma área gigantesca, que só cresceu. Aí eu acho que tem muito a ver pela... Talvez, a própria relação que... A Juliana tem... Isso até é uma característica muito típica da Juliana, e eu tenho isso também, até um certo voluntarismo aí, em a gente estar assumindo... ajudando e vendo os gargalos, falar: “Olha, a gente tem que resolver isso, senão isso não vai sair etc.” A gente estar se envolvendo com as questões. Acho que tem uma relação minha com ela também de confiança, e acaba que tinha algumas atribuições que ela acabava jogando... Mas, de modo geral, com a equipe toda, na Diretoria de Serviços.

V.F. – Só uma observação. Quando você entra para assumir a superintendência, a superintendência não tem, então, todo esse escopo de...

M.V. – Era menor.

V.F. – Era o quê?

M.V. – Na verdade, a superintendência começa como Superintendência de Cultura, Comunicação e Turismo. Comunicação sai, porque você tem lá um imbróglio com a assessora de comunicação, e vira Mídia... Eu não acompanho esse processo. Era Superintendência de Cultura, Turismo e Eventos. Efetivamente, a gente tinha ali, sob a nossa responsabilidade, o acompanhamento de cultura, turismo – tinha tido algumas parcas reuniões e, efetivamente, você não tinha um grande acompanhamento, não tinha fórum estabelecido, nada –, acomodações era um assunto que estava começando a entrar na pauta da APO...

V.F. – Isso quando você entra?

M.V. – Quando eu entro. *Live Sites* era um tema que a APO já vinha tendo algum tipo de... já tinha uma conversa, e o Look da Cidade, que é o enfeite da cidade etc. Porque a APO, a Superintendência de Cultura, Turismo e Eventos, que tinha outro nome ainda, na época do Cid, ela teve um foco muito grande... Ainda existia... Era aquele momento em que existia... A APO ainda disputava, de certa maneira, um papel mais executivo, mais organizativo mesmo, no processo. Então a APO foi uma das organizadoras, de fato, da Casa Brasil em Londres, por exemplo. Foi junto com o comitê, mas quem assumiu esse barco foi a APO, lá atrás. A APO também teve um papel muito importante num evento que acabou sendo cancelado, que aconteceria em 2014, que é o negócio das bandeiras, porque as bandeiras olímpicas dos países circulam um pouco pelas cidades. É quase como se fosse um evento-teste da tocha. E foi cancelado porque a organização, na época, temeu a questão dos protestos... Seria em 2013. [Foi cancelado] por conta dos protestos, em 2013. O pessoal ficou com medo, receio e tal, a relação com o patrocinador, e acabaram cancelando. Então a APO teve um papel. A APO tinha um papel um pouco mais...

V.F. – Quem cancelou foi o comitê?

M.V. – Não sei te dizer.

V.F. – Está bom.

M.V. – Mas acredito que sim. Foi uma análise geral do grupo, mas eu não sei quem foi a pessoa que.. [qual] foi o órgão que cancelou. Então, tinha um pouco esse papel. A APO disputava um pouco isso. Nessa nova configuração, quando eu chego, eram os temas. Turismo tinha tido algumas reuniões, mas não tinha nada mais estruturado; a cultura, onde a APO tinha um papel mais preponderante, porque ela coordenou o GT de Cultura lá atrás, tinha coordenado. Era isso. A gente chega e a primeira coisa que entra na pauta é a questão da tocha, logo de cara. Essa era uma demanda que estava se colocando. Tinha uma dificuldade, a gente já identificava... O próprio comitê... Aí você tem n questões. O comitê tinha medo... As pessoas lá do comitê tinham um grande receio de que o governo – e a APO, no âmbito do comitê, é considerada sempre como governo – teria demandas políticas para definir as cidades por onde a tocha passaria. Então, isso era motivo de muito, muito segredo. A gente teve que conquistar a confiança dos pares lá do comitê para mostrar: “Olha, não é essa a preocupação. A gente não está... Obviamente que a gente tem uma preocupação, no âmbito do governo, para, ao contrário, evitar desgaste político. Se a gente constrói uma situação, uma relação, se a gente constrói um modelo de governança que facilite a relação de vocês com as cidades, inclusive que crie justificativa de maneira mais técnica sobre as cidades que vão ser escolhidas”, porque o critério foi logístico, “a gente diminui a pressão política que vai ter sobre vocês. Porque não tenha dúvida que essa pressão vai existir. Vai ter senador, vai deputado ligando, pedindo, porque a cidade A, B ou C não está no circuito”, como certamente teve. Mas como você tem... Então a gente entra na construção desse modelo. É o comitê ali entrando em contato com as cidades, as cidades não respondendo. Você tem realidades e realidades de cidades, no país. E a gente envolve a Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República, que é o órgão que estabelece relação com as cidades, e aí a coisa começa a se viabilizar, efetivamente. E eles fazem o meio de campo, eles abrem a porta, e facilita bastante... Fazem a cobrança, criam um discurso político, que é importante, e viabilizam. Então, a tocha. Acomodações – e aí é uma coisa quando eu entro –, quando eu entro, eu falo... Eu não queria ficar responsável pelo tema de acomodações, eu falei: “Não sou engenheiro; não sou arquiteto; não é a minha *vibe*, acompanhar a obra, pelo amor de Deus!”. E aí, no primeiro momento, acomodações sai da gente, apesar da relação com turismo e tal, e vai para uma outra pessoa, para uma outra área fazer. Em uma segunda reformulação que tem na APO, em 2015, em início de 2015, o tema de acomodações volta para a gente. As acomodações, o que a gente

acompanhava efetivamente era... Eram duas frentes: era a acomodação da Família Olímpica, que envolvia a relação com a construção de novos hotéis, ou seja, a estratégia para atingir uma meta – que inicialmente era de cinquenta e um mil quartos, e que, no final das contas, foram trinta e dois mil e poucos quartos contratados pelo comitê, utilizados – e as estratégias de viabilização de acomodação para o espectador, para o turista, que é o que a gente acompanhava. E aí, dos hotéis, você tinha a construção de hotel, que utilizava benefício fiscal que a prefeitura criou, e a relação com os órgãos de licenciamento... A gente criou um grupo de licenciamento, que a gente coordenava, para acompanhar isso um pouco, com Bombeiros, Light⁵², CEG⁵³, Cedae⁵⁴, as concessionárias todas, para que esses empreendimentos pudessem ter o Habite-se⁵⁵ até o prazo estabelecido, que inicialmente era 31 de dezembro do ano passado, depois mudou para 30 de maio, para fazerem jus ao incentivo fiscal de altura que a prefeitura... de gabarito que a prefeitura tinha estabelecido. Isso entra para a gente. Turismo, a gente estabeleceu também a estrutura de governança da área de turismo. Primeiro, a gente faz um grande seminário, em fevereiro de 2015, integrando todos os entes – até então, não tinha nenhum nível de integração entre estado, município, governo federal e Comitê Rio 2016; as conversas eram pontuais. Um grupo que faz o monitoramento levanta os principais temas, ou seja, quais são as grandes questões colocadas. A Riotur tem um papel importante nisso, porque ela é um braço executivo da prefeitura, ela é responsável pelos *Live Sites*, ela é responsável pela decoração da cidade, ela é responsável pela produção de material informativo, mobilidade e tudo, então, é uma instituição que foi importante a gente conseguir trazer para o rol dessa discussão. A gente tentou, no âmbito do turismo, criar um envolvimento e uma relação, do ponto de vista de planejamento, de preparação, com as cidades do estado do Rio de Janeiro e com as cidades do entorno, principalmente. Fizemos alguns encontros e tal, mas, em geral, essas cidades não têm uma estrutura profissional na administração pública, na área de turismo. Não que não tenham bons funcionários, mas a logística... Não têm estrutura suficiente para dar conta dessa demanda. A única exceção foi Niterói, até porque era a cidade que sofreria necessariamente o maior impacto. Então, eles têm lá uma equipe da empresa de turismo, com a Secretaria de Esportes, que tocou isso. E o Ministério do Turismo, na verdade, a principal atribuição do Ministério do Turismo e da Embratur era a estratégia de promoção, de

⁵² Trata-se da Light Serviços de Eletricidade S.A, empresa privada de geração e comercialização de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro e em parte da Baixada Fluminense.

⁵³ Trata-se da antiga Companhia Estadual de Gás do Estado do Rio de Janeiro, hoje gerida pela GasNatural Fenosa, multinacional do ramo de gás e eletricidade.

⁵⁴ Trata-se da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), empresa pública de água e esgoto do Estado do Rio de Janeiro.

⁵⁵ Trata-se de certidão fornecida pelo poder municipal que reconhece o cumprimento de todas as formalidades legais para a utilização de um imóvel.

aproveitar a oportunidade dos Jogos para a promoção do país. A meta existente até então era de que até 2020 a gente chegasse, se eu não me engano, a vinte milhões de turistas estrangeiros no Brasil. Hoje, a gente tem seis milhões, o ano passado, que é o mesmo número [de visitantes] da Torre Eiffel, em Paris.

V.F. – Mas é um aumento... uma meta ousada, não é?

M.V. – Uma meta ousada, mas que todo mundo diz que tem potencial. Só precisa efetivamente você ter uma estratégia organizada de promoção, de relação com o sistema hoteleiro, com o sistema de transporte. A gente teve uma melhoria considerável na malha aérea, os aeroportos estão melhores... Você tem uma estrutura... Você tem um investimento realizado que pode garantir isso. Você precisa é pensar uma estratégia bacana de promoção. Acho que a criação de uma marca Brasil, essa foi uma questão... Londres conseguiu, a Grã-Bretanha... a Inglaterra fez isso, na verdade, o Reino Unido, ele criou a *Great*, aquela marcazinha. Eles conseguiram reposicionar Londres e o Reino Unido de modo geral no mercado turístico de uma maneira mais inovadora, não só a velha Londres e a rainha Elizabeth, com sua coroa pesada de ouro na cabeça. Na verdade, Londres como uma cidade que atraia outros públicos. E aí, nesse sentido, foi criado o Grupo... que depois virou câmara temática, mas é o Grupo Temático do governo federal de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, que era para discutir isso tudo, com a participação do MinC, que coordenava; Turismo; Relações Exteriores; Apex-Brasil⁵⁶; e a gente. Então, falei de turismo. A experiência do espectador, na verdade, a gente acompanhando, era muito voltada ao comitê, mas toda essa recepção, acolhimento e percepção e serviço oferecidos ao turista que viria à cidade, desde *wi-fi*, por exemplo... Teve um trabalho feito junto ao PRODERJ⁵⁷ – o PRODERJ acabou se oferecendo para isso –, através de uma demanda que surgiu no grupo, para... [O PRODERJ] instalou cinquenta pontos do *wi-fi* gratuito na cidade do Rio. A relação com as forças de segurança, ou seja, estarem preparados para lidar com um público que é muito heterogêneo e diferente do que a gente está acostumado a lidar aqui no dia a dia da cidade. A questão de afinidade de material de divulgação do comitê e da Riotur, que esse material tenha a mesma linguagem, isso foi construído, não estava... não existia, ainda. Enfim, você teve... É um trabalho de articulação e integração mesmo de projetos. Tem uma área... Outro assunto que ficou sob nossa responsabilidade era o *work force*, toda a relação de força de trabalho e voluntariado. Nisso a gente estabeleceu uma relação direta com o Ministério do Trabalho, que acabou gerando uma

⁵⁶ Trata-se da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

⁵⁷ Trata-se do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ).

terceira área, que era toda a interlocução com o Ministério do Trabalho no que diz respeito à fiscalização de obra, de tudo, tudo, tudo. Não estava diretamente ligada à força de trabalho dos Jogos, mas à força de trabalho... Então, toda a relação de... E a gente teve alguns embargos de obra por não atendimento à legislação trabalhista, saúde e segurança do trabalhador, e a gente fez esse meio de campo e fazia esse acompanhamento e essa inter-relação aí, e a viabilização do Programa de Voluntários, por exemplo. A legislação brasileira é muito... É uma leizinha de dois artigos. Ela é muito...

V.F. – É muito aberta.

M.V. – [É muito] superficial. Não existe regulação, e o entendimento de o que é a atividade voluntária ou não ficaria muito sob uma análise subjetiva do próprio fiscal. A gente conseguiu, na relação com o Ministério do Trabalho, criar um procedimento padrão para os Jogos. O ideal é que a gente possa ter um decreto regulamentando, mas aí você mexe com sindicato, com um monte de coisas e tal.

V.F. – E, nessa questão do voluntariado, teve algum aprendizado da Copa?

M.V. – Não. É bem diferente. Primeiro que o programa de voluntariado da Copa foi um fracasso. Você tinha um Programa de Voluntários do Ministério do Esporte que foi muito ruim, o Programa de Voluntários da Copa do Mundo também... A relação com a FIFA⁵⁸... Copa e Olimpíadas são duas coisas bem distintas. A relação com a Fifa é uma relação muito complicada. A FIFA é uma instituição estrangeira que chega aqui e faz contratos, e o objetivo dela é lucro. O COI não, o COI supervisiona isso tudo... É criada uma instituição gigantesca, que é o Comitê Organizador local, o Rio 2016, que é um comitê de... As pessoas que são contratadas são as pessoas daqui. Alguns são de fora, mas são... É um outro nível de relação. O Programa de Voluntários, acho que teve algumas dificuldades. Na verdade, a gente não tem uma tradição de trabalho voluntário; as pessoas vêm de uma concepção mais de ONG⁵⁹, trabalho voluntário com Igrejas e tal. O perfil é outro. E, efetivamente, o Programa de Voluntários... Tem que tomar um cuidado – e isso foi a atuação que a gente teve – para que o voluntário não seja necessariamente uma saída para a mão de obra barata. O voluntário é uma força complementar e que tem uma atividade de engajamento

⁵⁸ Trata-se da Federação Internacional de Futebol, em francês, *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA).

⁵⁹ Trata-se de Organização Não Governamental (ONG).

que é importante, que é bacana. Então, essa foi uma... Mas se você deixasse... Com as dificuldades financeiras do comitê, talvez, se não tivesse tido esse trabalho de acompanhamento, esse papel mais presente do Ministério do Trabalho, poderia correr o risco de ter um ou outro voluntário desempenhando um papel que caberia a um trabalhador. E que é um problema. Você teve questionamentos, por exemplo, de trabalhadores estrangeiros a respeito da lei trabalhista brasileira. Os caras queriam burlar, e eu falava: “Não existe isso”. Você vai a qualquer país do mundo, você vai se submeter à legislação trabalhista local. Os caras não queriam fazer exame de sangue. Eu falei: “A legislação brasileira...”. “Porque no meu país não... Na Alemanha, não é obrigatório, ninguém é obrigado a colher sangue.” Eu falei: “Aqui é. Se você quer trabalhar aqui, ótimo; se não...”. Não tem como. Então, essa foi... Algumas dificuldades, o que é bacana, mas não teve aprendizado da Copa no que diz respeito a voluntário, não. Acho que teve um bom aprendizado para programa de voluntários. A gente vai ter que de alguma maneira tratar disso em algum momento. O país vai ter que... O Ministério do Trabalho vai ter que discutir isso, e a gente tem essa *expertise* e experiência aí da Copa... dos Jogos Olímpicos.

V.F. – Você falou um pouco... Quais outros desafios você encontrou, nesse tema do voluntariado? Houve algum...?

M.V. – Acho que, efetivamente, o grande desafio foi a... Desafio, efetivamente, de maneira mais ampla, é o enquadramento do voluntário. Porque, por mais que seja uma força auxiliar, se você fizer uma interpretação à luz da legislação, ele é um trabalhador. Eu defendia, na conversa com o Ministério do Trabalho, a seguinte argumentação: ele é um trabalhador como qualquer outro, ele está sujeito a todas as regras do trabalho formal, exceto o pagamento de salário. Ele assume isso. É uma contribuição que ele dá. Mas o ministério diz que da forma como está colocada a lei do voluntário e da forma como a gente tem a CLT⁶⁰, isso seria inviável. Ao contrário, se ele ficasse configurado como trabalhador, ele teria necessariamente que receber salário, e isso ia ser objeto de fiscalização, ia ser muito complicado. Então, na verdade, você tem que criar essa nova categoria do voluntário. A gente exatamente parou de chamar... Ele não é trabalho voluntário, é só voluntário, porque o trabalho pressupõe relação de trabalho. Mas foi isso, a questão da formação, na verdade, da qualificação dos caras. O que a gente tem é um contingente muito grande de pessoas para formar. Teve lá uma parceria com a Estácio⁶¹. Essa formação acaba sendo uma formação mais genérica, é um trabalho mais de engajamento do que em termos de formação.

⁶⁰ Trata-se da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

⁶¹ Trata-se da Universidade Estácio de Sá.

Acho que a gente... Enfim, teve alguns problemas logísticos com os voluntários – no primeiro momento, inclusive, na época do evento-teste, na questão de alimentação, de jornada de trabalho, de dificuldade de acesso, inclusive, de desestímulo.

V.F. – De acesso em que sentido?

M.V. – Por exemplo, nos eventos-teste no Riocentro⁶², você não tinha ainda o BRT⁶³, ou seja, para o cara chegar lá, ele tinha que fazer vinte e oito baldeações para chegar. O cara já vem de não sei de onde e tal. Era desestimulante, ele não ia no primeiro dia, não ia no segundo. Você teve, nos eventos-teste, uma média de não comparecimento de 20% dos voluntários, dependendo do evento. No Riocentro, isso era um pouco maior; em outros lugares, um pouco menor. Mas eu acho que foi... Como eu falei, as pessoas estão acostumadas a lidar com voluntário por uma causa mais nobre, ou seja, religiosa, ou defesa dos animais, e ali não era isso, ali era trabalho mesmo, você não vai só no sábado, com uma galera bacana que você gosta, que tem afinidade contigo, fazer um trabalho. É um trabalho que você vai ficar sob o sol a pino, vai ser mordido por mosquito... Por mais que o comitê desse a estrutura, eu acho que ele não conseguiu... a gente não conseguiu ter uma campanha de mobilização de voluntário que percebesse essa situação. Acho que foi... Mas foi um bom aprendizado.

V.F. – E em algum momento vocês... Você contou um pouco da evasão nesses eventos-teste. Em algum momento vocês ficaram preocupados de não terem adesão?

M.V. – Quando a campanha foi lançada, que foi em final de 2014, a gente teve um número de inscritos suficiente... Não atingiu o teto, mas ficou acima do piso de voluntários. Uma grande quantidade de voluntários de fora e tal. A gente teve uma preocupação com algumas áreas. Porque você tinha o voluntário geral, voluntário para ajudar, para carregar daqui para lá, mas você tinha algumas áreas que demandavam um voluntário com especificação técnica. A área médica foi uma área. A gente não teve, até um certo momento, um número de voluntários inscritos suficiente para atender aquelas demandas. Isso significaria que ou o comitê teria que contratar esse serviço, e não tinha dinheiro para isso, ou... O ou, ou não tinha, Não ia poder ficar sem atendimento médico ali. Então, teve um trabalho que o comitê fez de sensibilização e mobilização de médicos em hospitais, em redes de médicos, para a chegada desse pessoal.

⁶² Trata-se de um centro de convenções localizado no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

⁶³ Trata-se do sistema de transporte rodoviário *Bus Rapid Transport* (BRT).

V.F. – E foi suficiente, essa sensibilização, na área médica?

M.V. – Você teve...

V.F. – Tem muita gente de fora, nessa área.

M.V. – Tem muita gente de fora. Eu não sei se atingiu 100% do número, porque aí foi bem no finalzinho ali, quando eu saí, mas não teve problema na área do atendimento, não. O relato que eu tenho é que foi tudo certo. A gente teve um outro problema, por exemplo, até do ponto de vista de licenças: os médicos estrangeiros que viriam como voluntários, como é que eles poderiam atuar. E é isso, ele não atua como médico efetivamente, ele não faz a operação, ele está fazendo ali o primeiro contato, é a pegada inicial.

V.F. – Essa questão do voluntariado, eu acho que dá muito pano para manga. Eu fico lembrando só da Ângela de Castro Gomes, o quanto seria interessante uma pessoa como essa pegar esse...

M.V. – O trabalhismo e tal. Tem uma coisa legal do... É engraçado, o ministério... O governo federal demora para entrar, de maneira estrutural, tirando o Ministério do Esporte, como eu falei, entrar na pauta olímpica. Estava envolvido em Copa e tal. Quando entra, tiveram algumas questões que, obviamente, foi nos fóruns que eu participava que vieram à tona: tocha, qual é a cidade que vai, quem são os carregadores, porque tem que estar todo mundo lá, tem que estar toda a diversidade envolvida; funcionários do comitê, quem são os funcionários, tem que ter gente de tudo quanto é tipo; e quem são os voluntários. E era a grande questão. As pessoas começaram, a cada hora... E aí demandava o comitê para a resposta, e a resposta... Aí eu falei com... Eu cheguei... “Olha, gente, vamos organizar isso, ou seja, governo federal, suba essas questões para o Geolimpíadas⁶⁴, que é o fórum responsável por isso, e a gente organiza fóruns mais diretos para tratar das questões. Se for ficar no pingadinho, os caras não vão conseguir trabalhar, você vai estremecer a relação etc.” E isso foi uma coisa muito bacana. Acho que o corpo... Os voluntários... foi um corpo bem heterogêneo, tinha todo tipo de gente diferente. Os contratados do comitê, também. Você ia no comitê, ali você tinha gente de tudo quanto é tipo, religião, cor, sexos, deficiente e não deficiente... Enfim, tinha todo tipo de gente. Isso foi muito bacana. E o carregador

⁶⁴ Trata-se do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Geolimpíadas).

da tocha, também. No final das contas, eles conseguiram contemplar aí a diversidade. Mas essa era a grande preocupação do... E é isso, é o espaço de... Mas a questão do voluntário é isso, é a questão do trabalhismo.

V.F. – É, exatamente. Ainda mais com toda uma discussão, que, enfim, eu consigo perceber claramente a diferença, mas com toda uma discussão no país sobre o trabalho análogo ao de escravo.

M.V. – Que é diferente.

V.F. – É completamente diferente.

M.V. – Mas a questão é: se você flexibiliza a legislação para o...

V.F. – Em que medida você flexibiliza em cadeia, não é? Acredito que essa seja uma preocupação. Marcelo, você contou um pouco dessa relação, por exemplo, com Niterói. Como superintendente de Cultura, você foi procurado por outras cidades, tanto no estado do Rio como fora do estado do Rio, para, de alguma maneira, tentarem se inserir na programação cultural ou qualquer outro tipo de...?

M.V. – Fui.

V.F. – Você pode contar um pouco?

M.V. – Fui bastante [procurado], não só por cidades como por atores e grupos e outras pessoas que... Fui por tudo. Por exemplo... Tanto na área cultural quanto na área turística, também. Você teve cidades no interior do estado que sabiam... Porque você vai a fóruns e você participa de algumas palestras, a APO – eu, algumas; o Marcelo Pedroso, outras; a Juliana, outras –, e as pessoas acabam sabendo e entram em contato, querendo participar: “Como é que eu me adequo?”. Então, por exemplo, na área de turismo, a gente teve isso: “O que eu posso fazer? Eu quero fazer um evento”. Então a gente dava as orientações ou colocava em contato com as pessoas responsáveis. O Fórum de Secretários de Turismo do Rio de Janeiro, por exemplo, organizou algumas reuniões. Teve uma primeira, em Niterói, que eu fui; teve outras, depois, que eu não pude mais ir porque já estava mais nessa fase de correria, mas o comitê esteve presente, orientando

o que podia, o que não podia, quais eram as possibilidades e tal. A gente teve algumas reuniões antes disso tudo. No âmbito cultural, o interior do estado... Teve uma ou outra coisinha mais pingada, e aí a gente foi encaminhando as pessoas para os lugares. Tinham projetos. Teve algumas demandas de gente querendo dinheiro para projeto. E de tudo. Você tem... Até está aí na cidade agora, a tal da Arca de Noé, com animais de verdade. Eu não sei se no final o projeto ficou com... A réplica exata da Arca de Noé! [ênfase] Eu falei: “Nossa! Isso é fantástico!”. [riso] Mas, enfim, eu falava: “Dinheiro, a gente não tem, a APO não tem financiamento”, explicava como é a estrutura de governança dos Jogos, “as saídas são essas e essas, acho que a perspectiva que você tem é edital do Ministério da Cultura, tem edital daqui”, e as pessoas foram se encaminhando. Mas fui procurado, e também conversamos com representações estrangeiras, com consulados e embaixadas e tal, todo mundo muito perdido. Em relação aos consulados, a prefeitura se organizou, ela criou um grupo de trabalho na Empresa Olímpica Municipal para trabalhar com as casas dos países, as *hospitality houses*. Enfim, eles conseguiram dar esse atendimento, para que as pessoas pudessem se entender. E, eventualmente, em algumas cidades que estavam fora. Porque, com a mudança de governo, o pessoal ficou meio perdido. Quando a gente chega nesse momento mais final do... ali em final de 2014, a gente... O negócio da pauta da cultura, do GT Cultura. A gente deixa as cidades do futebol um pouco de lado, fala: “A gente tem um problema muito maior para resolver que é aqui na cidade do Rio”. E aí, quando entra em 2015, algumas cidades com novos gestores, que não tinham acompanhado o processo, procuram a gente, como é que eles se inserem nessa discussão de cultura. E aí a gente coloca eles em contato com o comitê. Porque existe um entendimento, também, da APO que a APO... A gente acompanhava as cidades do futebol, mas a gente tinha um papel muito... Era um dos outros temas que estavam comigo, inclusive. Depois até chegou um outro cara para trabalhar com isso, fazer essa interlocução e tal. Porque, como as cidades do futebol não são signatárias do contrato de consórcio público da APO, não era atribuição da APO fazer esse acompanhamento, mas a gente fazia, porque, afinal de contas, eram compromissos assumidos pelo país para os Jogos, mas a gente não entrava mais muito nessa área. Era um acompanhamento mais do ponto de vista antropológico mesmo, aquele observador que não interage. E a gente fazia os encaminhamentos. Falei muito para dar uma resposta... que a gente só encaminhava a pessoa.

V.F. – Pensando nas casas dos países, você mencionou que em Londres a APO teve um papel muito importante na construção da Casa do Brasil. E na Casa do Brasil, agora, a que está ali na Praça Mauá, tem algum resquício dessa casa de Londres? Como é que foi pensada? Como é que foi a participação da APO?

M.V. – A APO participou desde o primeiro momento, porque a Casa Brasil aqui do Rio, ela começa a ser discutida naquele GT, que depois virou CT, de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, lá do governo federal, dentro da lógica de promoção do país, de promoção da diversidade etc. A APO não teve um papel de coordenação do processo, mas de acompanhamento, inclusive de viabilização com outros setores. Por exemplo, teve lá uma hora um problema porque a casa estava prevista para ocupar um outro galpão, que era o galpão que solucionaria um problema do... Enfim, era o galpão que seria utilizado para a saída das pessoas hospedadas nos navios. E a gente sabia que se aquele galpão fosse utilizado, a gente geraria... Isso desencadearia outros problemas. Então, como a APO tinha uma visão mais ampla do processo, a APO entra no circuito e fala: “Olha, gente, aqui não pode”. Aciona os órgãos e fala: “Vamos tentar solucionar isso aqui da melhor forma. Não adianta a gente resolver um problema e deixar um outro logístico muito maior”. Porque era o galpão número cinco que queriam, e aí isso ia gerar um problema, porque você ia ter cruzamento de público alfandegado com público não alfandegado. Isso era bem complexo. Mas a APO tem um processo de acompanhamento. A APO está presente na Casa Brasil, na verdade, com o Sistema APO, ou seja, disponibilizando informações... O sistema como ferramenta, na verdade. Então a gente ofertou aos diversos ministérios que eles poderiam colocar ali o que quisessem. Então você tem Meio Ambiente, tem Saúde, tem Turismo, e informações *online*, num sistemazinho.

V.F. – *Video wall*, não é?

M.V. – *Video wall*. Aí tem alguns painéis nossos lá, também, que a gente cedeu para lá, do ponto de vista de equipamento, aqueles que a gente usava, aqueles grandões. Isso diminuiu o custo de produção lá deles – em pouca coisa, mas diminuiu, a gente emprestando. A relação dessa Casa Brasil e a Casa Brasil de Londres? Pouquíssima. São situações distintas. A Casa Brasil de Londres, na verdade, tinha uma... Além desse aspecto mais Apex[-Brasil] mesmo, de espaço de negócios etc., ela era a casa da próxima sede dos Jogos Olímpicos. O Comitê Rio 2016 teve um papel importante nisso; você teve uma situação de afirmação... Ela era o espaço onde o Brasil todo estava concentrado. Você tinha uma situação ali de afirmação de uma imagem de um país moderno e contemporâneo. Você tem uma exposição de arte contemporânea que você não tem aqui, por exemplo, que era um espaço importante, é um espaço de afirmação de construção de discurso. A Casa Brasil aqui do Rio, acho que ela já tem um conceito mais institucional, do ponto de vista de governo, de falar de políticas de governo. Ela destaca, por exemplo, o investimento

que o governo fez ao longo dos anos na formação esportiva; ela fala do investimento... Fala até do Mais Médicos⁶⁵. O conceito da casa foi desenvolvido ainda na gestão Dilma, por mais que não tenha sido executada. E quando o Temer entra, os contratos estavam colocados, não tinha muito como mudar. Então, a pegada é mais essa. Você tem lá uma questão de promoção do país, os grandes pontos turísticos, é um espaço de negócios importantíssimo, tem uma estrutura de negócios grande, mas eu acho que ela não é... Acho que ela é menor do que a de Londres. Menor não só, talvez, por uma situação de restrição financeira – não sei porque eu não acompanhei a de Londres assim –, é menor porque você está no Brasil, você está no Rio de Janeiro, ou seja, outros aspectos estão sendo abordados em outros lugares. A ideia é que você pudesse ter uma megaprogramação de cultura na cidade, ou seja, que os aspectos culturais efetivamente estariam sendo tratados em outros espaços, nos museus, nos teatros, nas ruas, e ali é mais uma questão mais... um viés mais turístico.

V.F. – E em relação às casas dos demais países? Você falou um pouco desse acompanhamento, que estavam todos muito perdidos no início, e que a prefeitura assumiu um pouco. Vocês continuaram acompanhando, de alguma maneira?

M.V. – Continuamos acompanhando um pouco. A gente encerra o tema, na verdade... Quando a gente percebe que a prefeitura... Isso também não é compromisso olímpico, então, isso foge do nosso escopo. A APO foi dando uma... foi decupando um pouco a sua atuação. Então, teve um pedido para a gente... Esse não é um tema importante que esteja no radar, então, ele deixa de ser um tema de acompanhamento específico e entra no tema do impacto que essas casas vão ter na programação de cultura da cidade – afinal, você tem uma programação que tem que estar integrada –, o impacto que ela pode ter na questão da mobilidade e segurança, dependendo do tipo de atividade que ele for desenvolver. Então, as casas dos países passam a entrar no nosso radar sob outro aspecto, e não diretamente, necessariamente, a Casa Brasil, mas tem um acompanhamento – e sai da minha alçada, inclusive, e essa relação mais institucional, de pensar oportunidades e até, do ponto de vista da APO, participar de algum evento, ou vice-versa, vai para a diretoria executiva, que tocava um pouco mais esse papel. Mas você [perguntou] das dificuldades, não é?

⁶⁵ Trata-se de uma política pública de saúde que tem como objetivo suprir a necessidade de médicos em localidades no interior e em regiões periféricas do país. O programa foi implementado no ano de 2013, no primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff.

V.F. – Era a sua avaliação, mesmo.

M.V. – Acho que...

V.F. – Houve algum investimento de inserir essa programação das casas dos países, assim, com as festas, do ponto de vista da programação cultural?

M.V. – Teve essa iniciativa, sim. Na verdade, lá atrás, quando eu falei que o foco nosso era a construção de uma grande programação e inclusive identificar o que já tem na cidade que a gente pode aproveitar. Teve algumas conversas também com a Casa da França. A França investiu pesadamente na vinda de artistas e o consulado e a embaixada francesa conversaram com o Ministério da Cultura, conversaram com a gente. A Inglaterra também. Acho que foram os dois grandes promotores de atividades culturais. Ou seja, como é que a gente integra isso, aquela programação que está vindo para a Casa de Londres ou para a Casa da França, como é que pode circular e interagir com o restante da programação da cidade, tal como... A gente estava discutindo isso com os *Live Sites*, por exemplo. Você tem lá os grandes nomes, mas tem nomes menores. De repente, já que o cara vem, será que a gente não consegue integrar alguma programação que o Ministério da Cultura viesse trazer de outros lugares que pudesse complementar essa programação? Então teve. Mas isso não foi feito. Você não tem... E isso, para mim, é uma grande oportunidade perdida. Você não tem uma grande programação estruturada da cidade como um todo, com um material específico, com proposição de roteiros temáticos. Acho que seria muito legal se a gente tivesse isso. Isso a gente não conseguiu construir. E as casas dos países estavam incluídas aí. Você tem é o aplicativo do comitê; o *Culturi*⁶⁶, que o ministério fez, mas que acho que saiu um pouco da pauta, com a mudança de gestão. O próprio Comitê Rio 2016, no aplicativo dele, tem lá uma seção Cultura, mas eles só estão trabalhando com os projetos que eles cancelaram, e muito poucos, em relação à programação da cidade como um todo; e uma programação zona que a Riotur fez. A Secretaria Municipal de Cultura chegou a fazer um chamamento para isso, mas também não chegou... não produziu nada efetivamente e repassou a informação para a Riotur. Mas é o geral. É quase um Segundo Caderno⁶⁷, daqueles de antigamente, com aquela...

⁶⁶ Trata-se de um aplicativo, desenvolvido pelo MinC, que mapeia eventos, locais e mobilizações culturais em todo o país.

⁶⁷ Trata-se de um referência ao Segundo Caderno do Jornal O Globo, dedicado tradicionalmente a temas relacionadas à arte e à cultura.

V.F. – Até aquela revista *visit.rio*.

M.V. – Isso. Tem. Mas é o geralzão. Acho que a gente poderia ter tido, porque é uma coisa que não custaria grandes dinheiros, você tem um esforço ali de energia, que é de pensar, identificar e organizar essa programação, mesmo, que possa ser... Você tem muitas coisas interessantes acontecendo na cidade, então, criar roteiros, criar circuitos. Isso não foi feito. As coisas estão aí. A informação é que talvez... sobre as coisas que estão acontecendo, elas não circulem. E não é nada de muito novo ou diferente, não; são atividades que a cidade já produz. Você tem grupos que produzem cultura na cidade inteira. Você tem o Ações Locais da prefeitura, por exemplo, que inclusive teve um Ações Locais só de... que estão com programação. É uma programação pequena, sortida pela cidade. E até que ponto, efetivamente, a gente conseguiu integrar isso dentro de uma grande programação da cidade? Tirando os *Live Sites*, porque aí, tudo bem, são os grandes shows. Aí é aquela megaorla ali, que ficou muito bacana, que é o grande atrativo, na verdade, da cidade.

V.F. – Eu ia te perguntar justamente sobre isso, a sua avaliação sobre o Boulevard Olímpico e se em algum momento entrou no radar da APO.

M.V. – Entrou no radar da APO desde o primeiro momento. Na verdade, como eu falei, são os *Live Sites*. O projeto original eram quinze *Live Sites*. Se eu não me engano, eram quatro nas cidades... cinco nas cidades do entorno e dez no Rio. Eles não conseguiram captar. O comitê só fez dois, o do Parque Olímpico da Barra e o do Parque Olímpico de Deodoro, e a prefeitura bancou três, ou dois e meio: o do Porto, que na verdade é gigantesco...

V.F. – É um grande palco e outros palquinhos.

M.V. – São dois palcos só, atualmente: ficou um palco grande na Praça Mauá e um palco menor na Praça Quinze.

V.F. – E tem um palco superpequeno. Ou pelo menos tinha. Não sei se foi desmontado. Bem pequenininho mesmo, atrás do Cais do Valongo. Era bem pequeno.

M.V. – Ah, é?!

V.F. – É.

M.V. – Esse eu não cheguei a ver. Não fui até lá, não. Então mantiveram o terceiro palco.

V.F. – Era uma coisa realmente...

M.V. – Pequeninha, mesmo.

V.F. – ...muito, muito pequena.

M.V. – Ah! Então mantiveram o terceiro palco. Eu não cheguei a ir lá. Não vi.

V.F. – Acho até que eles desmontaram. Por exemplo, eu estive lá no sábado e não me lembro do palco. Então, pode ser que tenha sido desmontado.

M.V. – Acho que sim. Eu não fui até o Cais do Valongo nesses dias. Mas você tem em Madureira, no Parque Madureira, e uma atividade que não chega a ser um *Live Site*, mas tem uma programação, em Campo Grande, lá no Miécimo da Silva⁶⁸. Então... Eu acho que foi um sucesso. Particularmente... Eu não fui a Madureira nesses dias, não estive em Campo Grande, mas o Boulevard Olímpico foi um sucesso estrondoso. Acho que aquilo chegou a ser até... No feriadão no final dos Jogos, você estabeleceu mão de direção de pedestre. No Boulevard, só tinha o sentido Praça Quinze- Praça Mauá. Quem quisesse voltar, tinha que ir pela Rio Branco, que estava fechada. Bombou! Acho que não tem, na história dos Jogos, um lugar como esse. Geralmente, esses espaços são mais espalhados. Paris está propondo algo similar para 2024, se eles ganharem, às margens do Sena⁶⁹, fazer uma coisa *a la* Boulevard Olímpico. Mas eu acho que foi uma... Foi um acerto. E em relação com a cultura, se entrou no radar da APO. Entrou no radar, do ponto de vista dos contratos firmados – ter o *Live Site* era um compromisso assumido, então, isso a gente acompanhou –; entrou no radar da APO porque eles viabilizaram parte do Boulevard Olímpico com a Lei de Incentivo à Cultura, então, como estabelece uma relação com o governo, a gente também monitora isso; entrou no radar sob outros aspectos, mobilidade e segurança e tudo mais;

⁶⁸ Trata-se do Centro Esportivo Miécimo da Silva, localizado no bairro de Campo Grande.

⁶⁹ Trata-se do Rio Sena, que banha a capital francesa.

e entrou no radar da programação de cultura, porque a programação de cultura contava com esses espaços e contava com esses atores, com esses artistas.

V.F. – Você falou um pouco dessa... na sua avaliação, que o Boulevard Olímpico foi um sucesso. De fato, ficou uma área muito bonita e realmente bombou. Eu fui em alguns dias, e em alguns momentos eu era... eu não andava; eu era andada.

M.V. – Carregada, na pipoca ali quase.

V.F. – É, praticamente... E um pouco também o que você estava falando, Marcelo, é que não houve... Não se conseguiu fazer essa programação, essa grande programação articulada...

M.V. – Da cidade.

V.F. – ...única da cidade, que, no meu ponto de vista, pulverizaria também essas diversas programações. Muitas coisas que aconteceram, eu, que estava atrás, não ficava sabendo. Às vezes, ficava sabendo depois. Será que existe alguma relação com esse fato de a programação não ter sido colocada de pé, dessa enxurrada de público para o Boulevard Olímpico? Na sua percepção, como é que foi essa enxurrada? Como é que se...?

M.V. – Acho que o Boulevard Olímpico seria um sucesso de qualquer maneira. Acho que você teria outras opções, acho que seria interessante. Nem todo mundo foi. Eu não aguento ficar no meio de muita gente. Fui algumas poucas... Fui três vezes ao Boulevard Olímpico. Mas aquele negócio lotado, lotado de gente, eu, por exemplo, não é muito a minha praia, eu gosto de me mexer, eu gosto de ter acesso rápido a uma cerveja e tal.

V.F. – É compreensível. [risos]

M.V. – É. Eu acho que teria outras opções, mas não diminuiria o público, não. O que eu acho efetivamente é o seguinte, quando, lá atrás, fala “ah, o prefeito disse que ia assumir os vinte e três milhões e tal etc.”, quando fala que não tinha dado ordem para o Sérgio de Sá Leitão para tocar, é porque... Na concepção das pessoas, de modo geral, ou seja, se você perguntar para qualquer carioca o que ele achou da programação de cultura dos Jogos Olímpicos, ele vai dizer que foi ótima, porque ele viu, ele soube que tinha o Boulevard Olímpico, com várias pequenas

atraçõezinhas lá dos patrocinadores, que montaram seus estandes, vendia cerveja, tinha pirueta e tal etc., e tinha os palcos com shows. A concepção que era discutida desde 2012, sobre programação de cultura dos Jogos, não era essa; era uma concepção... Isso estava no rol da cidade, a gente compreendia que teria lá, inicialmente, até um número maior de *Live Sites* pela cidade, com grandes shows, e que isso criaria uma inter-relação com a programação de cultura. A programação de cultura eram exposições, a programação de cultura eram os grupos locais, eram os espaços de cultura que a cidade... formais ou informais que a cidade já tem. Era integrar esses caras. Era a grande malha da cidade integrada, ou seja, a circulação. Uma coisa que eu não falei lá atrás, quando comecei a falar da relação: quando a gente estabelece o segundo grupo de cultura, quando a gente começa a discutir essa programação integrada e as responsabilidades, qual era o papel de cada ente? A prefeitura do Rio, a Secretaria Municipal de Cultura, era estabelecer essa relação interna, do artista carioca, da produção cultural do carioca, que ela circulasse dentro da própria cidade, em todas as regiões da cidade; o estado do Rio traria a programação do interior do estado para cá e, eventualmente, ajudar a circular um pouco isso; e o Ministério da Cultura, trazer o Brasil inteiro para o Rio de Janeiro. Então, acho que a gente... O *Live Site* foi um sucesso, o Boulevard Olímpico, Madureira, foi um sucesso, mas a gente não teve, efetivamente, nos Jogos Olímpicos... Teve, mas não de maneira organizada, a outra parte. Porque a cidade, é isso que eu falei: se não tivesse um centavo furado investido em atividade cultural nos Jogos Olímpicos, a cidade do Rio de Janeiro, por si só, ela já tem uma cena de produção muito bacana, as coisas acontecem. Era só o fato de a gente conseguir dar uma visibilidade melhor. Você falou assim: “Eu não soube”. Não soube porque há uma quantidade de informações que circulam na cidade nesse período tão grande que se você não tem ferramentas que facilitam a busca por uma informação qualificada, você se perde. Então, a criação de circuitos era isso, a questão de roteirinhos, ou seja, eu quero ver... sei lá... um patrimônio cultural, que eu conseguisse construir um roteiro, uma proposta de roteiro mais organizada. Acho que isso a gente perdeu. E nessa cena atual, se tivesse tido a programação de cultura do MinC, teria saído pulverizado, também. Seria mais uma, no meio desse rol, dessa multidão de informações que a gente tem na cidade. É por isso que eu insisto: mais importante do que investir a grana e pensar... era ter trabalhado uma programação integrada, que não custava muito.

V.F. – Você falou um pouco da sua avaliação sobre esse planejamento da área de cultura. Na sua percepção, foi uma programação democrática?

M.V. – De que programação você está falando?

V.F. – Das Olimpíadas, a programação cultural.

M.V. – Mas aquela que foi feita pelo MinC, que não saiu? Ou a que...?

V.F. – A que foi executada.

M.V. – A que foi executada? Eu não sei o que foi executado efetivamente; eu sei algumas poucas coisas. Na medida do possível, sim. Democrático sob o ponto de vista... Porque, por exemplo, você tem lá a programação de cultura popular da UFF. A programação é bacana, o acesso é gratuito e tal. Acabou que, na nova concepção da programação de cultura do Ministério da Cultura, essa atividade ficou restrita a Niterói e Baixada. E a ideia é que ela estivesse aqui na cidade do Rio de Janeiro também, mas o ministério pediu que ela não viesse, porque ele tinha outros projetos para cá.

V.F. – O ministério da nova gestão?

M.V. – É. Então ficou restrito ali a Niterói, São Gonçalo e Duque de Caxias, se eu não me engano. Então, assim: é democrático porque é gratuito, é democrático porque você tem diversas manifestações diferentes. Mas... Aí eu só volto à questão original, ou seja, a democracia é essencialmente, também, direito à informação.

L.L. – Acesso, não é?

M.V. – Acesso à informação. Então, se você tem uma estrutura de informação bem organizada a respeito dessa programação, ela se torna ainda uma programação mais democrática do que essa já. A democracia não é só abrir as portas e falar venham todos; é você ajudar a organizar a casa e possibilitar que as pessoas possam trilhar seus próprios caminhos.

L.L. – Marcelo, ao mesmo tempo que a APO não era uma entidade executora, eu fiquei me perguntando, a gente falando da programação todo esse tempo, por que... Existia uma pessoa na APO, que era o José Mauro, que era o curador. Por que a APO tinha um curador lá dentro, se ela não era uma entidade executora? Por que ele estava com essa função lá dentro da APO?

M.V. – A APO perdeu esse papel. Ela não desempenhou o papel executivo, de modo geral. Em algumas áreas, a APO acabou executando esse papel. Na área da energia elétrica, por exemplo, a APO tinha um papel importante, de liderança do processo. Ela não executou obras, efetivamente; a APO não investiu recurso. A APO não tinha dinheiro. O dinheiro que a APO tinha era para manter a máquina, a sua estrutura administrativa. Mas ela teve alguns papéis de liderança. No caso do José Mauro e da Danielle Nigromonte, foi um acordo feito entre a APO e o MinC, formal, publicado em portaria e tal etc., que... Foram dois acordos. O primeiro foi um comitê executivo para planejamento e organização da programação dos Jogos Olímpicos no âmbito do Ministério da Cultura, que era composto por um monte de gente: estava o José Mauro; estava a Dani; estava um representante de cada uma das instituições do ministério, secretaria, fundação etc., vinculadas. Depois, no momento final, depois que essa programação foi montada e avalizada pelo Juca, pelo ministro, foi criada uma equipe de trabalho de coordenação da programação de cultura, para acompanhar a realização e execução e cuidar, botar processo debaixo do braço, que aí estava também a Dani; o Zé... Esse grupo que é menor. Esse grupo era: a APO; era o Ministério da Cultura diretamente; a Funarte; e foi convidado o Comitê Rio 2016, mas ele, efetivamente, nunca fez parte. Então a APO teve um papel de coordenação disso tudo. Não foi... A programação não sai da cabeça do José Mauro, não é essa a ideia. Na verdade, a gente tem algumas rodadas de conversa com as diversas instituições. Obviamente que todo mundo... São pessoas que têm uma *expertise*, têm uma tradição, você acaba apontando, sugerindo e tal. Mas vem dessas rodadas de conversa. O que esse grupo faz é organizar isso tudo. É planilhar isso, falar: “Olha, são essas aqui; isso aqui pode juntar com isso. Poxa! Você está propondo trabalhar aqui com cultura negra; você aqui... Por que a gente não trabalha isso aqui num único evento?”. Foi organizar a casa, dar uma cara a essa programação que era um monte de projeto solto e propor... Aí, essa foi a tarefa do Zé. Junto com o grupo. Não foi só dele, mas o que ele fez foi isso, foi organizar esse conjunto de propostas, dar uma linha curatorial e entregar essa documentação no final para o MinC. E aí ele e Dani, também – na verdade, os dois –, não só eles organizam a proposta do ponto de vista curatorial como administrativo. Você destrincha aquele monte de projeto em o que seria isso do ponto de vista de processo administrativo e como é que você pode encaminhar esse processo.

V.F. – Ao longo de todo o processo de planejamento dessa programação cultural, desde o primeiro momento que você começou a acompanhar, seja no MinC, seja na APO, você percebeu alguma oposição de artistas, produtores culturais...?

M.V. – Oposição?

V.F. – Isso. Questionamento.

M.V. – Questionamento, sim. Oposição, não, porque você não tinha... Essa é a grande questão. Quando você tem o Fórum de Cultura lá do Júnior Perim, do Circo Crescer e Viver, no início de 2015, o que ele faz, no dia da posse... no dia seguinte à posse do Juca, que ele leva o grupo lá para Brasília, ele tem um grande questionamento, fala: “Queremos que tenha um programa de cultura”. E esse era o questionamento mais geral dos grupos. “É importante que tenha e é importante que todos estejam contemplados.” Aí você vem de um grande... de uma avaliação negativa da programação de cultura da Copa do Mundo, no âmbito do Ministério da Cultura. “Não queremos aquilo. Não é aquilo. A gente quer mais do que ser contratado; a gente quer visibilidade.” A palavra circuito estava muito presente nessas demandas. E eu acho que esse circuito é que a gente não conseguiu efetivamente... Se eu tenho uma análise ruim do processo é que a gente não conseguiu o circuito, que é informação, ou seja, construir esses caminhos. Então existia esse questionamento: efetivamente, o que vai ser apresentado? Aí a prefeitura apresenta o seu programa de financiamento; depois, o Ministério da Cultura apresenta. Obviamente que pode ter uma ou outra crítica aqui, mas, de modo geral, os programas contemplavam tanto as grandes... E aí você tem, por outro lado, o *Live Site*, que dava conta das grandes demandas de grandes shows. Então tinham questionamentos aqui e acolá, mas os conceitos dos programas eram bem abrangentes e, de certa maneira, contemplavam essas grandes demandas, por mais que, obviamente, aquele cara que... Sempre tem um ou outro que não se sente contemplado. Mas nada muito... que eu tenha percebido, nada muito expressivo, não.

V.F. – E aí, pensando nessa programação cultural, ainda, a gente tem agora as Paralimpíadas, que começaram...

M.V. – Ontem.

V.F. – ...ontem. Então, na verdade, o que eu vou te pedir é muito mais para medir a sua expectativa, do ponto de vista de uma pessoa que acompanhou até... Um mês atrás?

M.V. – Um mês atrás.

V.F. – Um mês, não é?

M.V. – Hoje é dia 8?

V.F. – Hoje é dia 8.

M.V. – Então, quase um mês atrás.

V.F. – [Acompanhou, até um mês atrás], toda essa programação. Você contou um pouco, também, desse enxugamento, no âmbito do MinC, a partir da entrada do Calero, que vão ser jogadas – essas programações, essas atividades – para as Paralimpíadas, que, bom, estão aí, estão começando. Aí eu queria saber de você qual é a sua percepção sobre essa programação que foi pensada e se você tem acompanhado o que vai ser executado. Enfim, quais são suas expectativas? Depois a gente pode conversar sobre a sua avaliação, num segundo momento.

M.V. – Olha, a expectativa é que... Tinha uma peça fundamental na programação pensada, que continua, de certa maneira, numa dimensão bem menor, que era a ocupação da Fundação Progresso como um grande centro de referência, mesmo. A programação não estava toda dentro da Fundação, mas a Fundação seria esse centro irradiador, inclusive estabelecendo... A programação partiria do espaço da Fundação Progresso. As grandes estruturas estariam ali. Até porque a ideia original... E o Juca falou muito isso, ele queria muito rua “quero rua”, “quero rua”, “quero rua”. Mas rua, em um grande evento como os Jogos Olímpicos, e os Jogos Paralímpicos mesmo, mas os Jogos Olímpicos, isso gera um problema gigantesco, porque você tem toda uma logística que não seria capaz de ser executada: segurança, limpeza, banheiro químico... Então se optou por, na rua, questões mais pontuais, menores, mais simples, do ponto de vista de estrutura, ou aproveitar uma estrutura já existente, e as grandes questões estarem colocadas... as grandes estruturas estarem colocadas na Fundação Progresso, porque é bem mais fácil. Então eu acho que vai ser bacana. Eu não vi como é que ficou a programação, do ponto de vista de conteúdo propriamente dito...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.S. – Passou a tocha?

V.F. – Passei a tocha.

M.V. – Espera aí. Eu não acabei de responder... Quer continuar [inaudível] a pergunta? Qual foi a pergunta mesmo que você tinha feito?

V.F. – Das Paralimpíadas.

C.S. – Da expectativa.

M.V. – Só para terminar, eu não vi o conteúdo, mas acredito que seja... Você trabalhando com cultura brasileira, é muito difícil não ter coisa boa. A minha grande questão, a minha grande dúvida, que eu acho que foi a oportunidade que a gente perdeu nos Jogos Olímpicos, é essa questão de conseguir construir os roteiros, ou seja, de as pessoas compreenderem que você tem diversas opções e que você pode trilhar caminhos diferentes para ter experiências diferentes. É essa a grande questão. E dar visibilidade, efetivamente, e inserir, no circuito mesmo cultural, essas pessoas que... desses grupos que não estão inseridos. Então, esse é o x da questão. Mas que a programação vai ser bacana ela acontecer, não tenho dúvida, não. É a minha expectativa, pelo menos. Pronto. Tocha.

C.S. – Voltemos à tocha, porque você até já falou um pouquinho sobre certas preocupações e tal. Queria que você comentasse um pouquinho, Marcelo, qual é essa intenção da passagem da tocha e em que medida os resultados foram alcançados, e em um cenário de crise política, inclusive com respostas à passagem da tocha. Qual é sua avaliação?

M.V. – Bom, antes de responder, vou contar uma historinha. Sabe como é que surgiu o Revezamento da Tocha?

C.S. – Como?

M.V. – Na Olimpíada de Berlim, em 1936. Foi uma criação de Adolf Hitler. Era discurso, era a questão de força política. Na verdade, ele estava trazendo para Berlim, estava se apropriando do grande legado olímpico, secular, da Grécia. E aí tem uma situação interessante, porque a tocha veio sendo carregada mão a mão da Grécia até Berlim, e depois Hitler volta, ocupando aqueles países todos, no sentido... devolvendo o fogo, em outro contexto. Mas, enfim, a ideia da tocha é a principal estratégia de mobilização do país – principalmente em um país de dimensões como o

nosso – para os Jogos. É aonde os Jogos efetivamente chegam em todos os lugares, em todos os recantos. Do ponto de vista de estratégia, de captação de recurso, de patrocínio do comitê, ele é muito importante. E tanto é que a tocha foi o único projeto do comitê, segundo eles falam, eu não tenho acesso aos números, que foi um sucesso de captação. É um projeto que viabiliza inclusive outros, do ponto de vista financeiro. Porque é isso, ele é, na memória de muita gente, é o que efetivamente vai ficar para sempre, [para] quem viu. Chega lá em tudo quanto é canto. Aí você tem um outro conjunto de valores, de valores olímpicos que você trabalha. A ideia do comitê, e aí, depois, estabelecendo a relação com o governo federal lá atrás, é que a tocha não se resumisse só ao evento da passagem do revezamento, mas que tivesse um trabalho anterior com as escolas da cidade, com os alunos, de identificar o que são os valores olímpicos de respeito, de superação... enfim, os cinco valores olímpicos ali. De cabeça, agora, também não vou lembrar. Mas a proposta é um pouco essa, é um momento de engajamento, de mobilização.

C.S. – Mas isso foi feito, esse trabalho com escolas?

M.V. – Foi feito. Aí depende de cada cidade: você tem cidades que tiveram um engajamento fantástico e tem cidades, por exemplo, que... Aí trabalha a questão ambiental, por exemplo. A tocha serviu como um chamariz para trabalhar as questões... Todo o enfeite da cidade foi feito com material reciclado, pelos próprios alunos. Tem todo um conjunto. Algumas cidades souberam aproveitar isso muito bem. Nas reuniões, a gente fez, porque aí foi uma questão que... dessa estratégia de governança que eu falei, reuniões em cada estado, com os representantes do governo federal, dos estados e das prefeituras, reuniões separadas: era a questão logística, numa parte; segurança, a outra; e outra que é a questão mais política, mais social, mais... E a gente falava das oportunidades que cada um pode ter, ou seja, como é que você aproveita isso. Porque por mais que várias cidades não tenham que ter... não investiram dinheiro direto... Algumas cidades não investiram, algumas cidades fizeram megaestruturas de show, de festa. Também é uma ferramenta política. Outras, não, até porque não tinham dinheiro. Você tem um custo. Você tem a piaçaba da vassoura ali, que vai gastar mais do que normalmente gastaria; é a sola do sapato... Você tem uma estrutura, uma energia, um investimento, mesmo que não seja financeiro, na segurança, na organização dos serviços referentes a esse evento. Então, algumas cidades conseguiram fazer uma boa... aproveitar a oportunidade; outras não. Depende caso a caso. Antes de entrar na questão política, você tem um outro viés da tocha que é a questão de promoção e de visibilidade, tanto do ponto de vista turístico, e aí você tem... particularmente os grandes locais icônicos, você tem uma projeção de imagens maravilhosas que vão circular o mundo durante

muito tempo, isso pode ser bem aproveitado pela gente. Você tem a promoção local e regional, ou seja, algumas cidades por onde passa a tocha, a relação delas com a vizinhança, de afirmação; você tem pólos se estabelecendo, então é uma questão, localmente, que pode ser interessante. E você tem a questão de visibilidade de diversos territórios e grupos. Essa foi a preocupação que o governo federal teve, e aí lá atrás, ainda – estou falando isso o ano passado –, não teve, em nenhum momento, a preocupação de a tocha passar pela cidade administrada pelo prefeito A ou o prefeito B. Não, isso não teve. Teve a preocupação de identificar que o espectro político brasileiro estava bem representado, de maneira equilibrada, entre as cidades passadas. Eles tiveram essa preocupação. Ou seja, não só... não pendendo nem para um lado nem para o outro. Mas isso já estava naturalmente... A proposta original do comitê já contemplava isso. Estava tranquilo. O que eles... Porque o governo teve uma preocupação grande – e o comitê foi muito sensível a isso, também, ele tinha essa preocupação –, que era de identificar que a tocha passasse... Tanto que a tocha passou por quilombos, a tocha passou por aldeia indígena, a tocha... E ela incorporou... E, obviamente, você tem ali momentos de projeção política, inclusive, ou seja, com manifestações e tal, sob os diversos aspectos. Não estou entrando na cena política nacional, mas...

V.F. – Isso é uma preocupação que você diz do MinC. De qual gestão?

M.V. – Do MinC não. É do governo... Aí não passava pelo MinC.

V.F. – Não.

M.V. – Não. O envolvimento do MinC na tocha foi no auxílio à programação de cultura em algumas cidades.

V.F. – O repasse de verbas...

M.V. – ...com o Ministério do Turismo.

V.F. – Essa preocupação...

M.V. – É do governo federal. Quem estava coordenando isso era a Secretaria de Assuntos Federativos.

V.F. – Ah! Está bom.

M.V. – Foi criado um Grupo Tocha, com assento de alguns órgãos. Aí você tinha o Ministério do Desenvolvimento Social; o Ministério do Turismo; Cultura; Ministério da Defesa; Ministério do Meio Ambiente... Você tinha alguns... Para que a tocha pudesse de alguma maneira passar por dentro de algumas áreas de proteção, você tem questões logísticas. Ela foi a Fernando de Noronha, foi lá não sei aonde. E do ponto de vista das manifestações, obviamente que essa era uma preocupação, especialmente o caráter de segurança. Acho que não foi... não teve... Minha avaliação, e aí eu já estava fora da APO, é que a única situação que foi ruim, no que diz respeito à manifestação, foi agora, na tocha paralímpica, quando o governador do estado de São Paulo proíbe manifestação na avenida Paulista porque teria o evento. Isso não aconteceu na tocha olímpica. Ao contrário, eles mudavam até o roteiro. Aqui no Rio mesmo, tinha manifestação na praia de Copacabana, eles saíram, mudaram o roteiro em cima da hora e saíram da avenida Atlântica. E é isso, você vai se adaptando. Teve manifestação em vários lugares e não teve nenhum grande incidente. Enfim, tinha uma... [Havia], inclusive, algumas pessoas muito preocupadas com a onda que estava colocada, de tentativa de apagar a tocha, e algumas outras pessoas falaram: “Olha, isso não tem a ver com... Não é terrorista”. Aliás, você tem ali um monte de gente que quer aparecer. São seus quinze segundos de fama. E é isso, é brincadeira mesmo. Faz parte da dinâmica. Então não acho, sendo sincero... A gente acompanhava, recebia ali boletins diários da Abin⁷⁰ sobre a questão de segurança, não... Foi bem planejado. Uma preocupação que teve era... É engraçado, não era nem a preocupação ali da tocha em si, [porque] a gente sabia que aquilo ali estava muito bem... mas eram de estruturas importantes próximas. Por exemplo, vai passar próximo a uma represa, próximo a uma usina, e aí, se tiver atentado a bomba... Então a inteligência brasileira deu conta dessas “fora-rota” mais próxima. E não teve nenhum grande incidente. Acho que foi... As manifestações foram aumentando, porque, na verdade, o afastamento da Dilma se dá dez dias depois da chegada da tocha no Brasil. É um palco político, para todos os lados, bem tenso, mas é isso...

V.F. – Na sua leitura, as tentativas, eventos de Facebook criados, articulações para apagar a tocha, na sua avaliação, se relacionam com também as questões políticas?

⁷⁰ Trata-se da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

M.V. – Sim. Tem tudo. Existe uma oposição grande aos Jogos Olímpicos como um todo, por conta do investimento feito, e tem investimento. Mas eu acho que mais do que a oposição aos Jogos, efetivamente, você tem a perspectiva de visibilidade que um evento de Jogos Olímpicos pode dar às reivindicações colocadas. É mais do que... Nem todo mundo que estava querendo apagar a tocha era contra os Jogos, efetivamente, aos Jogos Olímpicos. Mas, eventualmente... Aí você tem n críticas: você tem crítica a alguns legados colocados que seriam importantes, que não foram realizados, aí você tem a questão da despoluição da baía de Guanabara; você tem alguns outros assuntos que são extremamente sensíveis, que não dizem respeito à tocha, mas que dizem respeito aos Jogos, como as desapropriações, e especialmente da Vila Autódromo, qual é a importância da retirada da Vila Autódromo, que não foi um processo simples nem tranquilo, para a realização dos Jogos? Talvez tivesse efetivamente que tirar ali cinco casas. Como você teve que fazer o BRT Transolímpico, você tem desapropriação. Mas você tem porque o ônibus vai passar ali, a via vai passar. A questão ali da Vila Autódromo, eu acho que era mais uma questão imobiliária, o pós-Jogos Olímpicos. A questão não era os Jogos, mas os Jogos foi a oportunidade para a retirada. Então a gente teve... Os Jogos trazem algumas boas... O prefeito de Londres que falou isso, na época dos Jogos, o anterior... Não lembro se foi... Porque eles tiveram uma mudança de gestão lá, também. Não lembro se foi o dos Jogos ou o anterior que [disse] que a grande questão dos Jogos Olímpicos é a oportunidade que ele traz para realizar coisas. Acho que a gente conseguiu aproveitar algumas dessas oportunidades. Acho que a revitalização da área portuária é uma dessas questões. Aquilo jamais sairia – não na nossa dinâmica atual de gestão pública, o nosso tempo e tudo mais – em outros momentos. Você tem corredores de BRT... O sistema de transporte público ainda está aquém da demanda, mas você tem um investimento na cidade que você não observava isso desde... há mais de 50 anos ou 60 anos. Algumas outras oportunidades, a gente perdeu: a própria questão da despoluição; a gente perdeu a recuperação, também, do sistema lagunar ali da Barra, que era... São questões que não traziam necessariamente um impacto direto à realização dos Jogos, mas que eram legados importantes.

C.S. – Marcelo, nesse quadro em que tem uma crise política, tem, já mesmo antes dela, alguns questionamentos em relação aos Jogos Olímpicos, que você citou, em relação aos custos, desapropriações e uma série de coisas, às vésperas do início dos Jogos, a gente viu também um entusiasmo. Então você tem essas duas coisas: você tem uma adesão, mas tem também os questionamentos, as oposições e tal. Qual é sua avaliação, ao final aí já dos Jogos... A gente ainda tem as Paralimpíadas aí pela frente, mas em relação aos Jogos Olímpicos, [qual sua avaliação] da adesão ao público?

M.V. – A minha avaliação é extremamente positiva, dos Jogos. Acho que os Jogos foram... Isso eu nunca tinha dúvidas. As pessoas... “Ah...” Estavam muito preocupadas. Eu falei: “Olha, vai sair. Vai sair do nosso jeito. Nós não somos britânicos, nós não somos chineses, talvez nós sejamos um pouco gregos, mas vai sair”. [risos] A gente tem uma capacidade operacional de organização que é diferente e é muito boa. Eu não tinha dúvidas disso. As coisas funcionaram. Talvez não estivesse tudo tal como foi planejado originalmente, mas a gente superou em outros aspectos. As pessoas, obviamente, elas se envolveram com os Jogos. Acho inclusive que a avaliação dos Jogos é mais positiva do que da Copa do Mundo – não tem nenhuma pesquisa indicando, mas é meu sentimento –, pela dinâmica, pelo período colocado. E deixa um legado para a cidade, efetivamente, particularmente na questão do transporte público, que é visível. E aí a recuperação da área... Só a recuperação... Eu costumo dizer que só a recuperação da área do Centro, ou... É um processo que está deflagrado. Obviamente que ele também vai trazer alguns custos sociais, ou seja, você vai ter um processo, como a gente vai lidar com a...

V.F. – Remoção ou gentrificação?

M.V. – ...a gentrificação que, naturalmente, o processo traz. Londres enfrentou isso. Aquela região era extremamente deteriorada. Eles estabeleceram uma política de manutenção daquelas pessoas por um período, sei lá, de 15 anos. Ou seja, você pelo menos suaviza o processo, você dá tempo para que as pessoas consigam... Porque a mudança da cidade faz parte da dinâmica da vida urbana. Tem lugares que vão mudando de perfil conforme o passar do tempo. Só que isso não pode ser uma ruptura de uma hora para outra e deixar gente no olho da rua. Ou seja, que seja um processo pelo menos natural. Então, acho que os Jogos foram bacanas. São únicos. Acho que a gente traz algumas discussões que são interessantes: da própria... É a primeira vez que os Jogos são, depois de... pós-anos 90, ou seja, quando você começa a ter outros valores, no que diz respeito a papel do Estado, políticas públicas e tal, em um país de terceiro mundo, em um país em desenvolvimento, que vive, ou pelo menos vivia, vive uma democracia efetivamente – ou seja, não é a questão da China, é bem diferente, ou mesmo a Rússia, são situações distintas, são espaços políticos diferentes –, e a gente traz algumas discussões das... A própria questão das exigências do COI. Tem algumas exigências que são completamente fora do padrão. A gente topou isso. Não estou colocando a culpa no colo do COI. O país topou apresentar a candidatura sabendo dessas exigências de alguns quesitos de qualidade que fogem do padrão, acabam gerando um elefante branco, [como] a construção de um campo de golfe. A gente tem dois campos de golfe que

atenderiam perfeitamente a demanda. São essas pequenas situações. Mas eu acho que a gente... Enfim, acho que esses Jogos do Rio entram aí no rol dos grandes Jogos, com Barcelona, com Londres e com o Rio, a nosso modo, com as nossas dificuldades, com as nossas... Gente, eu estou falhando [riso]... com os nossos dilemas todos, mas...

V.F. – Carla e Marcelo, a gente está... Uma e vinte. Então, na minha leitura, eu acho que seria interessante a gente ter um segundo encontro, mais para frente, mas que a gente...

C.S. – Para não apressar isso aqui.

V.F. – É.

C.S. – Também acho.

M.V. – Será que tem mais coisa?

C.S. – Tem. Nós somos gulosos.

V.F. – Até porque eu acho que vale a pena, também, dar uma depurada e tal e voltar a algumas questões que com certeza vão aparecer.

C.S. – Até com a passagem do Paralímpico, da Paralimpíada.

V.F. – Exatamente. Mas eu acho que de alguma maneira a gente pode, de repente, fechar um ciclo, essa entrevista, e aí eu queria fechar a entrevista com uma pergunta específica, que, provavelmente, num segundo momento a gente retoma, mas eu queria terminar essa entrevista falando um pouco da sua saída da APO. Então eu queria saber se você poderia contar para a gente um pouco do contexto que levou à sua saída da APO.

M.V. – Bom, a minha avaliação é a seguinte... Eu conto a história e avalio, não é isso? Então vamos lá. Houve um pedido, na verdade, por parte do governo federal, para a desmobilização... a demissão, efetivamente – desmobilização é o nome bonito que as pessoas usam nos Jogos Olímpicos...

V.F. – Governo federal...?

M.V. – Do Ministério da Cultura, do ministro da Cultura, efetivamente.

V.F. – Na época do governo interino Temer?

M.V. – Do governo Temer. Na verdade, isso foi em julho, em meados de julho... Nem em meados de julho; na primeira quinzena, na primeira semana de julho. Houve um pedido, vindo do ministro da Cultura do governo Temer, o Marcelo Calero, para que toda a equipe da área de cultura da APO fosse mandada embora. Enfim, não... O pedido teve, de fato, e nominalmente, isso eu sei. Agora, o que eu identifico, quais são as possibilidades? Quem é essa equipe? A equipe sou eu, efetivamente; a Danielle Nigromonte; e o José Mauro Gnaspini. A Danielle já tinha saído – ela tinha saído dias antes, porque ela foi convidada pelo Júnior Perim para voltar para a Secretaria Municipal de Cultura – e o José Mauro foi embora. No primeiro momento, as pessoas identificaram que poderia ser alguma questão de caráter político, pelo fato de... Não era político. O papel que a gente desempenhava ali não era um papel político, era um papel técnico. A única pessoa ali que tinha alguma relação, um histórico mais de engajamento e militância política sou eu, e não era o cara que estava necessariamente de frente do programa. O Zé não é... Por mais que a gente tenha nossa vida particular e pessoal, nossos posicionamentos, mas não é um cara... E a Dani também não era a pessoa. Então, o que eu identifico... E logo depois teve alguns posicionamentos do ministério indicando que o programa de cultura seria cancelado, o existente, porque tinham vários erros de iniciativa, tinham problemas inclusive de superfaturamento, segundo as palavras do Ministério da Cultura, e dando a entender – não de maneira explícita, mas em grupos menores – que a responsabilidade, a culpa disso seria da APO. Bom, eu costumo dizer o seguinte: lá atrás, quando eu entrei na APO, como a APO é o órgão responsável legalmente pela entrega das garantias, mas não é executora, se as coisas fossem bem-feitas, o bônus seria daqueles que realizaram; e se não fosse bem-feita a culpa seria da APO. De certa maneira, acho que foi isso que aconteceu. O ministro Calero identificou que não conseguiria entregar aquele programa de cultura e construiu... conseguiu encontrar ali na APO o bode expiatório que justificaria inclusive o desmonte. Porque a questão do superfaturamento não se justifica, porque não existia nenhum... Tirando as poucas coisas que já tinham sido contratadas e que estão sendo executadas, não existia nada efetivamente iniciado. Existia uma planilha indicando projetos e sugerindo propostas de como esses projetos poderiam ser indicados e ser... Isso dependeria do próprio ministério. O ministério teria... Então não tem... Não tinha... Estava tudo já mastigado, tudo

encaminhado, um desenho realizado, a proposta realizada, para se colocar o barco na rua. Uma outra justificativa dada – e aí de caráter mais interno – é que a gente teria montado uma programação de cultura, dado o momento político, para favorecer manifestações contrárias ao governo interino, ainda, do Temer. O que também não foi o caso. A programação foi... era uma programação... A proposta, inicialmente, como eu falei, era essencialmente de rua. Depois se virou para dentro de um espaço principal, mas com reflexos e relações na rua, que seria a Fundação, atendendo a um desenho do ministro da época, que era o Juca Ferreira. Agora, na semana anterior que teve esse pedido, teve uma Virada em... Você teve, algum tempo antes, um mês antes, a Virada Cultural de São Paulo, onde teve, nos grandes shows, reações e manifestações contrárias ao governo Temer. Na semana anterior, teve uma Virada em Belo Horizonte, onde também teve isso e até uma situação muito delicada, porque os artistas foram... assinaram um documento dizendo que, caso eles se manifestassem, eles não recebiam o dinheiro e tal. Acho que houve um temor, por parte do ministro, de que essa programação de cultura poderia ter manifestações políticas. E teria, não tenho a menor dúvida. Se você junta atualmente cinco pessoas... Alguma manifestação teria, ou pró-Temer ou pró-Dilma – ou contra Temer ou contra Dilma, na verdade, naquele momento. Mas sendo um ambiente de cultura, muito provavelmente, as manifestações seriam contrárias ao Temer. E foi mais uma justificativa para que ele suspendesse. Então, assim, ele tinha receio de ser responsabilizado, no âmbito do governo Temer, de criar a condição para que o governo fosse criticado e, por outro lado, ele não conseguiu dar resposta a tempo para a execução dos programas, para que eles pudessem ser realizados durante os Jogos Olímpicos. Então pediu... A saída seria essa. Eu não entendi, efetivamente. Teve uma ponderação, por parte do presidente da APO, particularmente em relação a mim. Ele falou: “Tudo bem a gente desmobilizar a equipe da cultura. Agora, o Marcelo Velloso não é só para a cultura, ele tem outras frentes de trabalho, particularmente a relação com o Ministério do Trabalho”, que era uma relação muito importante, precisa e tensa. Mas mesmo assim foi... Houve um pedido categórico para a retirada dos nomes.

L.L. – Alguém na APO assumiu a questão da área da cultura?

M.V. – Não. A gente encerrou o tema. Não, desculpa! Teve, depois... Aí eu não sei. A gente encerrou o tema. O tema cultura, efetivamente, ele foi encerrado, do ponto de vista de acompanhamento. Eu sei até porque depois o pessoal mandou a documentação para mim, para eu dar uma olhada, se estava *ok* e tal. Os nossos temas todos foram... Porque a gente saiu já os Jogos... Foi no início dos Jogos, então, não tinha mais muito o que fazer. Mas eu sei que entrou

gente, não na Diretoria de Serviços, mas entrou no lugar do José Mauro Gnaspini, entrou uma pessoa para tocar o... Eu não conheço ele. [Entrou] para ajudar na coordenação desse programa de cultura agora.

V.F. – Agora que você diz, para as Paralimpíadas?

M.V. – Ele entrou antes, entrou ali no início de agosto. Não sei te dizer nada além disso. Enfim, é isso. Aí não tenho resposta, não tenho mesmo, porque não tenho [inaudível] para isso.

V.F. – Está ótimo.

C.S. – Excelente.

V.F. – Não sei se você gostaria de falar mais alguma coisa hoje, Marcelo.

M.V. – Não.

V.F. – Não?

M.V. – Estou tranquilo.

C.S. – Então, vamos combinar...

V.F. – Então, dou por encerrada. E queria deixar registrado o agradecimento.

M.V. – De nada.

C.S. – Sim. E vamos retomar então em breve.

V.F. – Vamos, com certeza.

[FINAL DO DEPOIMENTO]